

Belo Horizonte, 30 de junho de 2025

À  
Secretaria Municipal de Política Urbana  
Secretário Leonardo Castro

**Assunto: Realização simultânea de eventos na Pampulha em 28/06/2025**

Prezado Senhor Secretário,

As associações dos moradores dos bairros Bandeirantes, São Luis, São José e Ouro Preto, localizadas no município de Belo Horizonte, assim denominadas: Associação Pró-Interesses do Bairro Bandeirantes – APIBB, Associação Comunitária Viver Bandeirantes-ACVB e Associação Pro-Civitas dos Bairros São Luis e São José, Associação Comunitária do Bairro Ouro Preto - ASCOBOP vêm, por meio deste, manifestar profunda preocupação com a autorização concedida pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para a realização simultânea de quatro grandes eventos na região da Pampulha, no último sábado, 28 de junho de 2025.

Os eventos autorizados foram:

- Festival Sensacional, no Parque Ecológico da Pampulha;
- Rock na Brasa, na Av. Rei Pelé – no entorno Mineirão;
- Festival Desmantello, no Mineirinho;
- Arraiá 2025 da APCEF/MG, no Clube da Associação do Pessoal da Caixa.

Total do público estimado para os eventos: 42.700 pessoas para o dia 28.06.25 – sendo um dos eventos iniciando às 10hrs do dia 28.06.25, e outro finalizando à 1 h do dia 29.06.25.

(Anexo I – Informações dos eventos realizados na Pampulha -27 a 29.06.25)

A liberação simultânea dessas atividades, todas com forte atrativo de público, gerou um verdadeiro colapso urbano na região, afetando diretamente a vida dos moradores, além de dificultar o acesso e a circulação de outras pessoas que buscavam frequentar bares, restaurantes, casas noturnas e vários outros eventos particulares na região, naquela noite.

# UNAPAM

## União das Associações da Pampulha

Foram registrados diversos transtornos:

- Barulho excessivo e ininterrupto, com múltiplas fontes sonoras em altíssimo volume, desde a tarde até a madrugada;
- Congestionamentos severos, com vias completamente travadas e ausência de suporte logístico para o fluxo de veículos;
- Atuação desordenada e abusiva de flanelinhas e ambulantes, ocupando vias, calçadas e portas de residências sem qualquer fiscalização;
- Supressão do direito de ir e vir, com moradores ilhados ou impossibilitados de acessar suas próprias casas ou sair do bairro.

Ocorreram, ainda, outros eventos autorizados pela PMBH, nos dias 27 e 29 de junho de 2025, que contribuíram para diversos transtornos como os citados acima:

- Festival Sensacional – abertura - no Parque Ecológico da Pampulha – 27.06.25;
- XP Live Run, concentração Praça Pampulha e percurso na orla- 29.06.25;

Diante da magnitude dos impactos, as associações aqui representadas solicitam que esta Secretaria estabeleça critérios claros e objetivos para a liberação de eventos na Pampulha, evitando a realização de mais de um evento de grande porte por final de semana na região.

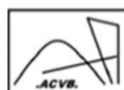
É fundamental preservar os direitos constitucionais ao sossego, à mobilidade e à qualidade de vida dos cidadãos, sem prejuízo da promoção cultural e do entretenimento.

Reiteramos nosso compromisso com o diálogo e a construção de soluções conjuntas, e nos colocamos à disposição para participar de discussões sobre a regulamentação de eventos em áreas residenciais.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente  
gov.br PAULA MARIA GOMES PINTO LISBOA

Paula Maria Gomes Pinto Lisboa  
**Associação Pró-Interesses do Bairro Bandeirantes**



# UNAPAM

União das Associações da Pampulha

gov.br Documento assinado digitalmente  
JOSE AMERICO MENDICINO

José Américo Mendicino  
**Associação Comunitária Viver Bandeirantes**

gov.br Documento assinado digitalmente  
LIN CHIH CHANG

Lin Chih Chang  
**Associação Pro-Civitas dos Bairros São Luis e São José**

MARCIO  
SALDANHA DE  
CARVALHO.2448

Assinado de forma digital  
por MARCIO SALDANHA  
DE  
CARVALHO:2448

**Associação Comunitária do Bairro Ouro Preto**

**ANEXO I- Informações dos eventos realizados na Pampulha -27 a 29.06.25**

Data	Evento	Público Estimado	Local	Horário
27.06	Festival Sensacional - Abertura- 1º dia		Parque Ecológico – Pampulha-Bandeirantes	17h às 23h
28.06	Festival Sensacional - 2º dia	25.000	Parque Ecológico – Pampulha-Bandeirantes	12h às 23h
28.06	Rock na Brasa	1.500	Av. Rei Pelé, entre a Av. Ce Oscar Paschoal e Av. Antônio Abrahão Caram- São Luis	10h às 22h
28.06	Festival Desmantello	15.000	Mineirinho – Av. Antônio Abrahão Caram, 1000 – São Luis	14h às 22:30h
28.06	Arraiá 2025 da APCEF/MG	1.200	Clube da Associação do Pessoal da Caixa - Av. Expedicionário Benvindo Belém de Lima, 19 – São Luis	16h à 1h do dia 29.06.25
29.06	Corrida XP Live Run	6.000	Concentração Praça Pampulha e percurso na orla.	06h às 12h

Belo Horizonte, 8 de março de 2024.

Prezado Presidente da SOBRAC,

A **Associação Comunitária Viver Bandeirantes, município de Belo Horizonte**, CNPJ nº 04.246.034/0001-11, entidade que agremia a população do bairro Bandeirantes, totalizando mais de 6 (seis) mil moradores, estarrecida com a decisão tomada pela Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal que, na quarta-feira, 6 de março, aprovou o PL 5100/2019, que abranda os *“limites para emissão sonora resultante das atividades em templos religiosos”*, **apoia a iniciativa da SOBRAC – Sociedade Brasileira de Acústica, e pede aos senadores do nosso Estado e, em especial, ao Presidente Dr. Rodrigo Pacheco, que rejeitem esta absurda propositura.**

O PL 5100/2019, de autoria do Dep. Carlos Gomes (PRB-RS), já tramitado e aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados, **além de propor limites sonoros extremamente elevados**, em seu art. 5º, **altera os § 1º e § 2º do art. 6º da Lei 6.938 de 1981**, que dispõe sobre a **Política Nacional do Meio Ambiente**.

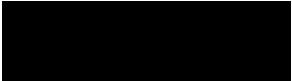
Essas **alterações** extrapolam as questões de poluição sonora e **afetam todas as disciplinas ambientais**.

Ao **excluir** a expressão ***“observados os que forem estabelecidos pelo CONAMA”*** do parágrafo 1º e ao alterar a redação do § 2º, o PL exclui a obrigação dos Estados e dos Municípios respeitarem os requisitos ambientais fixados pela União, e desqualifica o CONAMA.

**Se esse PL for aprovado pelo Plenário do Senado**, os senhores e as senhoras senadores(as) instituirão nacionalmente a ***“Lei do Barulho Religioso”***, e **quebrarão a segurança jurídica dos processos de licenciamento ambiental em âmbito estadual e municipal, ao destituir a “hierarquia das normas”, retirando o poder** de aplicação das matérias regulamentadas no âmbito federal pelo **Conselho Nacional do Meio Ambiente**.

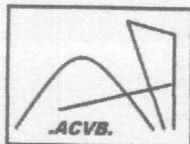
Destacamos que a postura dos parlamentares que defendem **o PL 5100/2019 não representa a visão da totalidade dos líderes religiosos**, pois, há anos, líderes religiosos conscientes vêm adotando controle sonoro e tratamento acústico, mostrando preocupação e respeito pelas pessoas que estão tanto dentro quanto fora dos templos e preservando, assim, a saúde de todos.

Cordialmente,

Documento assinado digitalmente  
JOSE AMERICO MENDICINO  


Vice-Presidente

**Associação Comunitária Viver Bandeirantes**



#### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DA ASSOCIAÇÃO ACVB

Ao nono dia do mês de junho de 2015, compareceram à Avenida Antônio Francisco Lisboa, 102, bairro Bandeirantes, Pampulha, CEP: 31.365-770 em Belo Horizonte no Estado de Minas Gerais/Brasil os membros da ACVB, e demais moradores do bairro bandeirantes (conforme lista de presença em anexo), reunidos em Assembléia Geral extraordinária, para decidirem sobre a seguinte ordem do dia: **1- Alteração do Estatuto Social da ACVB.** Aberta a reunião às 19:30 horas, como previsto no edital de convocação, o senhor Presidente da Seção Helbert S. O. Quintão, nomeou a senhora Flávia V Andrade, para atuar como Secretária desta Assembléia. Constatou-se pelo Presidente a presença de apenas doze pessoas, e não havendo quórum, aguardou até as 20:00 horas, quando deu início aos trabalhos em segunda convocação, assim com a Assembléia formada por 12 participantes, o senhor presidente disse que o edital necessitava de alteração objetivando a modernização da estrutura e funcionamento da entidade, em seguida passou novamente a lista de presença e colheu assinatura de todos, passando a palavra a senhora Elizabeth A. M. Alves que procedeu a leitura do Estatuto da ACVB, propondo então as alterações do estatuto de forma a deixá-lo mais prático, claro e objetivo, bem como a inclusão do artigo que menciona claramente sobre o Regimento Interno da Associação ACVB. A Minuta do Estatuto Alterado foi apresentada em reunião, lida e debatida, e por aclamação dos presentes foi aprovada em unanimidade, passando a ter a seguinte redação:

#### ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIVER BANDEIRANTES-ACVB

##### TÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO, FORO E OBJETIVO.

**Art. 1º** - A "ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA VIVER BANDEIRANTES - ACVB", daqui em diante referida pela sigla ACVB ou simplesmente Associação, inscrita no CNPJ: 04.246.034/0001-11, é uma Pessoa Jurídica de Direito Privado, devidamente averbada no Registro Civil das Pessoas Jurídicas sob o número 39, Registro 106569, no livro A, em 14/09/2009, que se regula pelo presente Estatuto e pelo Regimento Interno, constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos, de caráter filantrópico, de defesa de direitos públicos e coletivos, organização popular, recreativo, educacional e assistencial, com a finalidade de atender a todos que a ela se associem nos termos do Regimento Interno.

**Art. 2º** - A ACVB tem sede jurídica e administrativa, domicílio e foro no município de Belo Horizonte, Minas Gerais/Brasil, no seguinte endereço: à RUA PROFESSOR ALBERTO DEODATO Nº 591, Bairro: Bandeirantes Pampulha, CEP: 31.365-340, região sudeste de Belo Horizonte, Minas Gerais/Brasil.

I - A sede pode ser alterada conforme definido no Ri, mediante previa aprovação da Assembléia.

**Art. 3º** - A Associação tem como objetivos principais: Defender interesses; Contribuir para a melhoria das condições de vida; promover ações sociais e de integração em prol da comunidade, dirigindo-se com prioridade aos associados, conforme definido no regimento interno.

I - A Associação poderá realizar parcerias institucionais, com pessoas físicas, jurídicas, e políticas para o cumprimento do objetivo da associação, nos termos do Regimento Interno.

##### TÍTULO II - DO REGIMENTO INTERNO

**Art. 4º** - O Regimento Interno, referido também pela Sigla Ri, é um documento formal, complementar ao Estatuto, e tem como objetivos principais:

I - instituir as atribuições específicas da Diretoria, seus Membros e Conselho Fiscal, fornece diretrizes suplementares às Assembléias, às obrigações dos filiados e respectivas penalidades e dá outras providências.

II - orientar aos Associados, aos órgãos da ACVB e a comunidade em geral;

III - trazer celeridade e transparência às ações dos órgãos da Associação.

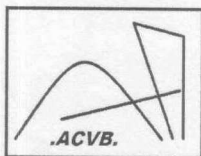
**Parágrafo Único** - O Regimento Interno poderá ser alterado pela Diretoria da Associação, mediante aprovação da Assembléia Geral, convocada especificamente para esse fim, por maioria absoluta dos votos dos presentes em primeira convocação, ou em 30 minutos depois, sendo em segunda convocação, pela maioria simples dos presentes, as alterações no Regimento não serão obrigatoriamente registradas nos órgãos competentes.

##### TÍTULO III - DOS ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES

**Art. 5º** - A associação, contará com um número ilimitado de associados, moradores do bairro Bandeirantes e adjacências, que concordem com as disposições deste Estatuto e do Regimento Interno, assinando a ficha de cadastramento e que, pela ajuda mútua, desejem contribuir para a consecução dos objetivos da Entidade, conforme previsto no regimento interno.

§ 1º - É permitida a admissão, demissão e ou a exclusão do associado:





I - São **admitidos** na associação os residentes nos logradouros do Bairro Bandeirantes, que concordem com as disposições do Estatuto e deste regimento, e que por vontade própria venha preencher e assinar a ficha de cadastramento, sendo maior de idade e com capacidade civil plena.

II - É permitida a **demissão** do Associado, desde que manifestada por escrito, diretamente à Presidência da Diretoria Executiva.

III - A **exclusão** do Associado dar-se-á, automaticamente, por morte ou incapacidade civil não suprida, e ainda pelo fato de deixar de morar na Comunidade, por transferência definitiva de seu domicílio, e ou, aplicada pela Diretoria nos termos do Ri.

§ 2º - Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

§ 3º - São Direitos e Deveres básicos dos associados:

a - Participar das atividades institucionais da ACVB;

b - Votar e ser votados;

c - Convocar reuniões ou assembléias;

d - Apresentar interessados em participar do corpo social;

e - Propor, por escrito ou verbalmente, medidas de interesse da ACVB;

§ 4º - São deveres dos associados:

a - Cumprir as determinações emanadas dos órgãos competentes, conforme a este estatuto;

b - Cooperar para o fiel cumprimento dos objetos da ACVB;

c - Participar ativamente das atividades próprias as finalidades da ACVB;

d - Manter atualizado seus dados cadastrais junto a ACVB;

§ 5º - O Regimento Interno disporá sobre demais direitos e deveres dos associados.

#### **TÍTULO IV – DOS ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO E SUAS ATRIBUIÇÕES BÁSICAS**

**Art. 6º** - A ACVB exercerá suas atividades através da **Assembléia Geral, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal**, conforme a seguir:

§ 1º - **Assembléia Geral**: é o poder maior da Associação, constituída pelos associados, é um órgão deliberativo da Associação, dentro dos limites legais e do presente Estatuto, podendo tomar decisão de interesse para a Comunidade, dentre outras providências. Cabe a Assembléia analisar e aprovar alterações do estatuto e do regimento interno, escolher a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, **aprovar as respectivas contas da associação** dentre outras atribuições definidas no Ri. e na lei.

I - A **Assembléia será, normalmente, convocada** pela Presidência da Diretoria Executiva, que a dirigirá, mas, se ocorrerem motivos graves ou urgentes, poderá também ser convocada pela maioria simples dos membros da Diretoria Executiva, ou por um mínimo de 1/5 (um quinto) dos associados, em pleno gozo dos direitos sociais, através de abaixo-assinado por eles subscrito.

II - Quando a Assembléia Geral não tiver sido convocada pela Presidência da Diretoria Executiva, a mesa será constituída por 03 (três) associados, escolhidos na ocasião pela Assembléia.

III - A Assembléia Geral será convocada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, mediante ampla divulgação em toda a área de abrangência da ASSOCIAÇÃO, sendo afixadas cópias do Edital e/ou avisos nos lugares públicos mais freqüentados.

IV - Será facultativa a publicação do edital de convocação ou convite através da imprensa escrita (jornais, e etc).

§ 2º - **Diretoria Executiva**: é responsável pela **Gestão Administrativa** da Entidade e pela elaboração e alteração do Estatuto e do Regimento Interno, mediante análise e aprovação da Assembléia Geral. A Diretoria é um órgão executivo da Associação, sendo constituída por 07 (sete) cargos, a saber: Presidência, Vice-Presidência, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro e Membro honorário.

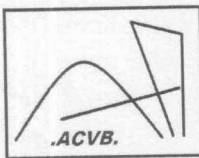
I – São **competências principais dos membros da Diretoria Executiva**:

a) **Compete à Presidência**:

– representar a ASSOCIAÇÃO, ativa e/ou passivamente, em Juízo e/ou extrajudicialmente, podendo outorgar procuração, quando necessário, com poderes “ad judicium”, a profissional devidamente habilitado inscrito na Diretoria da Associação e/ou fora dela;

– solicitar a convocação da Assembléia Geral, na forma do Ri;

– convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva, coordenando seus trabalhos, mantendo a ordem e a disciplina nas respectivas reuniões, e propondo, quando assim o exigirem as circunstâncias, a suspensão ou adiamento das mesmas;



– supervisionar todas as atividades e rotinas da Diretoria Executiva, sejam elas exercidas pelos seus integrantes, sejam pelos Departamentos e grupos de trabalho;

– assinar, preferencialmente junto com o titular da Primeira Tesouraria, cheques, promissórias e todos os demais títulos de crédito de emissão e responsabilidade da ASSOCIAÇÃO, não eliminando, porém, o estatuído no § 1º do Artigo 23;

– assinar, juntamente com o Vice-Presidente e com o titular da Primeira Secretaria, todos os convênios, ajustes técnicos e demais contratos firmados pela ASSOCIAÇÃO com terceiros de qualquer natureza;

– visar, juntamente com o Vice-Presidente e com o titular da Primeira Secretaria, a apresentação de projetos, precedendo à lavratura dos respectivos convênios e contratos;

– assinar, juntamente com o Vice-Presidente e com o titular da Primeira Secretaria, as Atas das reuniões da Diretoria Executiva e, bem assim, outros documentos que signifiquem compromisso formal da ASSOCIAÇÃO; e,

– cumprir outras atribuições que venham a ser estabelecidas por aprovação da Assembléia Geral.

**b) Compete à Vice-Presidência:**

– substituir o titular da Presidência em suas ausências, impedimentos ou licenças, bem como no caso de vacância do cargo, por qualquer que seja a razão, até que seja eleito o substituto da Presidência pela Assembléia Geral, em se dando essa vacância antes de completados 2/3 (dois terços) do mandato para o qual fora eleito;

– substituir o titular da Presidência em definitivo, no caso da vacância prevista no Inciso anterior dar-se após completados 2/3 (dois terços) do mandato para o qual fora eleito; e,

– colaborar com os demais membros da Diretoria Executiva, exercendo as atribuições que lhe forem cometidas pela Presidência, inclusive coordenar grupos de trabalho em tarefas temporárias de relevância para a ASSOCIAÇÃO.

**c) Compete à Primeira Secretaria:**

– supervisionar todos os serviços inerentes à secretaria, especialmente guarda dos livros de registros, lavratura de Atas da Diretoria Executiva e, se solicitado, as Atas da Assembléia Geral, bem como termos de posse, elaboração de ofícios, cartas, memorandos e demais comunicações internas e externas da ASSOCIAÇÃO;

– supervisionar a permanente atualização do cadastro dos moradores associados, contendo o nome de todos os moradores, principalmente na época da realização das Assembléias;

– encaminhar para os demais membros da Diretoria Executiva, bem como aos Departamentos cópias do Estatuto Social para o devido conhecimento;

– subscrever, juntamente com o titular da Presidência, todos os documentos da ASSOCIAÇÃO, conforme definido no Ri;

– tomar as providências necessárias e determinadas pela Presidência, para a convocação das reuniões da Diretoria Executiva, na forma do presente Estatuto, bem assim as convocações da Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária; e,

– colaborar com os demais membros da Diretoria Executiva, exercendo as atribuições que lhe forem cometidas pela Presidência.

**d) Compete à Segunda Secretaria:**

– substituir o titular da Primeira Secretaria em suas ausências, impedimentos ou licenças, bem como no caso de vacância do cargo, por qualquer que seja a razão, até que seja eleito o substituto da Primeira Secretaria pela Assembléia Geral, em se dando essa vacância antes de completados 2/3 (dois terços) do mandato para o qual fora eleito;

– substituir o titular da Primeira Secretaria em definitivo, no caso da vacância prevista no Inciso anterior dar-se após completados 2/3 (dois terços) do mandato para o qual fora eleito;

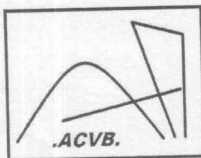
– supervisionar em conjunto com o titular da Primeira Secretaria a permanente atualização do cadastro dos moradores associados, contendo o nome de todos os moradores, principalmente na época da realização das Assembléias;

– colaborar com os demais membros da Diretoria Executiva, exercendo as atribuições que lhe forem cometidas pela Presidência, inclusive coordenar grupos de trabalho em tarefas temporárias de relevância para a ASSOCIAÇÃO.

**e) Compete à Primeira Tesouraria:**

– elaborar e apresentar à Diretoria Executiva, para posterior apreciação do Conselho Fiscal e de Assembléia Geral, um orçamento financeiro simplificado da ASSOCIAÇÃO para cada Exercício social futuro, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do início do Exercício, obedecido o plano bienal de atividades apresentado perante a Assembléia Geral Ordinária e por ela aprovado;





- superintender os serviços do Caixa, da Contabilidade e seus respectivos arquivos, devendo propor a terceirização dos serviços contábeis a profissional legalmente habilitado, para assinatura conjunta dos balancetes mensais e do respectivo Balanço geral da ASSOCIAÇÃO ao final de cada exercício social;
- responsabilizar-se pela arrecadação das receitas originárias (contribuições dos associados) e derivadas (aluguéis de móveis ou imóveis, ingressos de eventos sócio esportivos, doações, transferências de terceiros), assinando os respectivos recibos, depositando o numerário disponível em estabelecimento bancário indicado pela Diretoria Executiva;
- responsabilizar-se pelos pagamentos autorizados pela Diretoria Executiva, sejam correspondentes às despesas fixas (aluguéis, luz, água, telefone, pessoal de apoio e encargos sociais), sejam despesas eventuais (com evento sócio esportivo e outros encargos derivados da ampliação de serviços prestados pela ASSOCIAÇÃO), assinando com a Presidência os cheques emitidos, promissórias, e todo e qualquer título de crédito que signifique compromisso financeiro;
- zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e outras devidas ou da responsabilidade da ASSOCIAÇÃO;
- preparar e apresentar as prestações de contas parciais e gerais da ASSOCIAÇÃO, relativas às receitas e despesas executadas quando da implementação de projetos;
- controlar e apresentar aos órgãos consultivo e deliberativo da ASSOCIAÇÃO, Balanço patrimonial permanente, sempre em conjunto com a Primeira Secretaria, especialmente nas fases de implementação e consolidação de projetos levados a efeito;
- colocar à disposição permanente do Sistema de Controle Interno todos os livros, documentos, relatórios, balancetes e balanço geral; e,
- colaborar com os demais membros da Diretoria Executiva, exercendo as atribuições que lhe forem cometidas pela Presidência.

**f) Compete à Segunda Tesouraria:**

- substituir o titular da Primeira Tesouraria em suas ausências, impedimentos ou licenças, bem como no caso de vacância do cargo, por qualquer que seja a razão, até que seja eleito o substituto da Primeira Tesouraria pela Assembléia Geral, em se dando essa vacância antes de completados 2/3 (dois terços) do mandato para o qual fora eleito;
- substituir o titular da Primeira Tesouraria em definitivo, no caso da vacância prevista no Inciso anterior dar-se após completados 2/3 (dois terços) do mandato para o qual fora eleito;
- secundar, de forma permanente, as atribuições e tarefas do titular da Primeira Tesouraria, disposto no Ri;
- colaborar com os demais membros da Diretoria Executiva, exercendo as atribuições que lhe forem cometidas pela Presidência, inclusive coordenar grupos de trabalho em tarefas temporárias de relevância para a ASSOCIAÇÃO.

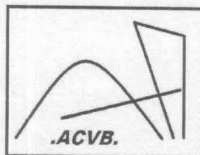
**g) Compete ao Membro honorário:** Representar a Associação em eventos Sociais e Políticos desde que oficiado pelo Presidente ou Vice-Presidente, nos termos do Ri.

II - Os membros constantes do item 'a' ao item 'f', devem ser inscritos, participantes e regulares na Associação, e todos devem ser nomeados pela Assembléia nos termos do Ri. O cargo previsto no item 'e' pode ser indicado pela Diretoria, mediante aprovação da assembléia.

§ 3º - **Conselho Fiscal:** é o organismo fiscalizador da **Administração Financeira** da Associação, é um órgão Consultivo, sendo composto por 03 (três) membros titulares podendo ter até 03 (três) suplentes, a serem eleitos pela Assembléia Geral. Os membros podem ser internos e externos à Associação, nos termos do Ri, desde que aprovados em Assembléia.

**I – São competências principais dos membros do Conselho Fiscal:**

- analisar o orçamento anual da ASSOCIAÇÃO a ser elaborado pela Diretoria Executiva;
- apreciar os balancetes mensais e o balanço geral da ASSOCIAÇÃO, a serem apresentados pela Diretoria Executiva ao final de cada Exercício financeiro, fazendo-os acompanhar de parecer circunstanciado, com recomendação de que sejam aprovados ou não, à Assembléia Geral nas suas épocas próprias;
- fiscalizar a observância do orçamento aprovado para o Exercício financeiro, bem como o controle patrimonial da ASSOCIAÇÃO, sob responsabilidade da Diretoria Executiva; e,
- avaliar e dar parecer sobre possíveis despesas extraordinárias, cuja solicitação seja feita pela Diretoria Executiva, respeitados os limites impostos pelo orçamento financeiro aprovado para o respectivo Exercício.



§ 4º - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal tem mandato de 02 (dois) anos, podendo renovar por igual período, mediante aprovação da Assembléia, nos termos do Ri.

I - A Diretoria e o Conselho Fiscal, terão seus membros substituídos, nos casos previstos no Ri.

§ 5º - O Regimento Interno poderá dispor de forma detalhada sobre os órgãos da Associação e suas competências.

#### **TITULO V – DO PROCESSO ELEITORAL**

**Art. 7º** - A Assembléia Geral Ordinária do exercício em que houver eleição escolherá a Comissão Eleitoral, que tomará posse 60 (sessenta) dias antes do pleito.

**Art. 8º** - Não sendo convocada eleição dentro do prazo previsto no caput deste artigo, um quinto dos associados poderá fazê-lo, valendo esse ato como termo inicial para a contagem de todos os prazos subsequentes.

§ 1º - A Reeleição é admitida, nos termos da lei.

§ 2º - O Ri definirá os procedimentos do processo eleitoral.

#### **TITULO VI – DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - ADMINISTRATIVA E DAS FONTES DE RECURSOS**

**Art. 9º** - As Administrações: financeira e Administrativa serão exercidas pela Diretoria Executiva, nos limites de suas atribuições definidas em lei e no Regimento Interno.

§ 1º - Cabe a Assembléia Geral promover a análise, e em seguida votar em um responsável para aprovação das Contas da Associação.

§ 2º - A ACVB não se confunde com as pessoas físicas dos seus membros, não respondendo estes por obrigações da Associação, decorrentes de atos praticados estritamente nos termos das competências atribuídas pelo Estatuto e pelo Ri.

**Art. 10** - A ACVB poderá receber qualquer tipo de contribuição e doação, inclusive financeira como fonte de recurso para sua manutenção e atendimento aos objetivos da Entidade, desde que ocorram por pessoas físicas e jurídicas idôneas, nos termos legais e do Regimento.

I - Os associados podem realizar contribuições financeiras para a Associação, fazendo jus às ações promovidas pela Associação.

**Art. 11** - Compõe a Administração Financeira da ACVB: **a.** Exercício Social; **b.** Patrimônio; **c.** Fundo Especial; **e, d.** Controle Interno;

**Parágrafo Único** - O Regimento Interno disporá sobre a Administração Financeira.

#### **TITULO VII – DA ALTERAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS E DA DISSOLUÇÃO:**

**Art. 12** - As Alterações Estatutárias:

I - O Estatuto e suas respectivas alterações devem ser propostas pela Assembléia Geral, nos termos legais e do Regimento Interno, mediante apreciação e aprovação da Assembléia Geral, convocada especificamente para esse fim, pela votação, pela maioria absoluta (51%) dos presentes em primeira convocação, ou em 30 minutos depois, sendo em segunda convocação, pela maioria simples dos presentes, sendo devidamente registrado nos órgãos competentes, nos termos da legislação em vigor e do Regimento Interno da Associação.

**Art. 13** - A Associação poderá ser dissolvida, conforme a seguir:

§ 1º - Após determinação judicial, mediante sentença transitada em julgado;

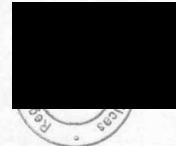
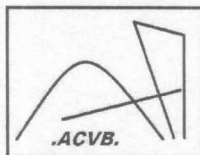
§ 2º - Por deliberação da Assembléia Geral, reunida extraordinariamente por 03 (três) vezes consecutivas, com espaço de 20 (vinte) dias entre uma e outra reunião, por convocação feita nas condições previstas neste Estatuto, sendo que o quorum mínimo em cada uma das reuniões acima previstas será de 2/3 (dois terços) associados.

I - A aprovação da proposta de extinção será considerada legítima se votada favoravelmente por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos associados presentes, após apreciação ampla das razões que venham a embasar tal decisão.

II - Em caso de ser dissolvida a ASSOCIAÇÃO, e na hipótese de haver resíduo patrimonial, este será destinado a instituição similar, com finalidades não econômicas, reconhecida de utilidade pública federal, estadual ou municipal, de acordo com a deliberação da Assembléia Geral, em sua reunião que determinar a dissolução, respeitados, no entanto, os compromissos específicos previstos em convênios, contratos e outros quaisquer ajustes, firmados na forma da legislação vigente

#### **TITULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art.14** - A Assembléia Geral se reunirá no mês de maio de cada ano, ordinariamente, e extraordinariamente sempre que convocada.



**Art. 15** – A Diretoria Executiva poderá eleger membros dentre os associados para auxiliar na execução das tarefas meramente administrativas internas à associação, esses membros não podem tomar decisões e tampouco assinar pela Diretoria e ou pela ACVB.

**Art. 16** – Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva nos termos do Regimento Interno, e em alguns casos, ad referendum da Assembléia Geral observando a legislação pertinente.

**Art. 17** – Como fonte de normativa adota-se a Lei Federal 10.406, de 2002, principalmente em seus artigos 44 a 46, 53 a 61 e 2.031. Bem como o CPC Brasileiro e demais atualizações.

**Art. 18** – A Associação atual é composta pelos seguintes membros; Helbert Scarpelli de Oliveira Quintão – Coordenador da Coordenação Político-Institucional; Elizabeth Aparecida Moreira Alves - Coordenadora da Coordenação Administrativa- Financeira; Flávia Vieira Andrade – Coordenadora da Coordenação Administrativo-Financeira; Sônia Lúcia Dias Vaz – Coordenadora da Coordenação de Atividades Sociais; Maria de Lourdes Florentino da Cunha – Coordenadora da Coordenação de Atividades Sociais.

**Art. 19** - A Assembléia Geral Extraordinária para apreciação, deliberação e aprovação da proposta de alteração do Estatuto Social da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIVER BANDEIRANTES - ACVB**, especialmente convocada, para reunir-se no endereço: Avenida Antônio Francisco Lisboa, 102, bairro Bandeirantes, CEP: 31.365-770, em Belo Horizonte no Estado de Minas Gerais/Brasil, no dia 09/06/2015, às 19:30 horas em primeira convocação com a presença mínima de 51 % dos associados, e em segunda convocação as 20:00 hs com a presença da maioria dos associados presentes, observando os preceitos legais, principalmente ao CCB/Lei 10.406/2002, e a CRF/1988, aprovou a presente **Alteração Estatutária**.

**Art. 20** – O presente ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIVER BANDEIRANTES-ACVB entra em vigor após aprovação da Assembléia Geral e para produção dos efeitos legais deverá ser registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas competente, e ou na Junta Comercial.

Aprovada a nova alteração estatutária pela Assembléia Geral Extraordinária, reunida exclusivamente para tanto, conforme consta em ATA no dia 09/06/2015 da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIVER BANDEIRANTES - ACVB** a senhora Elizabeth Alves leu o novo estatuto, em seguida, deu a palavra ao Sr. Helbert Scarpelli de Oliveira Quintão - Coordenador da Coordenação Político-Institucional e Presidente desta Assembléia, que agradeceu aos presentes. Nada mais havendo para ser tratado, deu por encerrada a reunião, eu Flávia V Andrade, Secretária, lavrei a presente ata que, após lida foi por todos aprovada e vai assinada por mim, e pelo presidente da Assembléia.

Belo Horizonte, 09 de junho de 2015.

[Redacted Signature]  
Flávia V. Andrade, Secretária da Assembléia Geral Extraordinária.

[Redacted Signature]  
Helbert Scarpelli de Oliveira Quintão – Coordenação Político-Institucional – Presidente da Assembléia.

[Redacted Signature]  
Elizabeth Aparecida Moreira Alves – Coordenação Administrativa- Financeira.

**ANEXO III: Declaração de inexistência de vínculo funcional do representante da entidade com o poder público municipal, estadual ou federal**

Em conformidade com o disposto no Edital do COMAM, sob pena de anulação da inscrição da entidade que represento, DECLARO, para os devidos fins:

Não possuir vínculo de qualquer natureza com o Poder Público Municipal, Estadual ou Federal, seja como servidor, empregado, contratado, terceirizado ou por intermédio de empresa prestadora de serviços ou de natureza similar.

Sou sabedor que a inveracidade das declarações neste ato proferidas acarretará consequências administrativas e judiciais cabíveis no âmbito do Edital do COMAM Biênio 2025-2027 e tornarão nula de pleno direito a inscrição da entidade a que represento.

Belo Horizonte, 22 de outubro de 2025



Documento assinado digitalmente

JOSE AMERICO MENDICINO



---

Assinatura do Candidato  
JOSÉ AMÉRICO MENDICINO

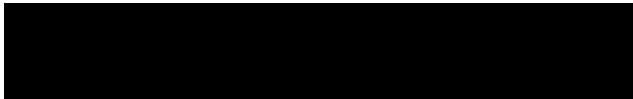
# **José Américo Mendicino**

## **1. DADOS PESSOAIS**

Nome: José Américo Mendicino

Idade: 61 anos

Estado Civil: Casado – 02 filhos



## **2. FORMAÇÃO ACADÊMICA**

Pós Graduação “Lato sensu”

Local: Faculdades Integradas Newton Paiva Ferreira Ano: 2005

Carga horária: 360 horas

Habilitação Específica: Perícia Contábil

Graduação

Local: Faculdades Integradas Newton Paiva Ferreira Período: 1991 a 1994

Habilitação Específica: Bacharel em Ciências Contábeis

## **4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

Escritório de Contabilidade

Cargo: Proprietário

Período: janeiro/95 - atual

Corretor de imóveis

Período: outubro/2021 – atual

Professor de Artes Marciais – Kung Fu

Período: 07/2003 – atual

Cotemig Empresarial

Cargo: Professor de Contabilidade

Período: Fevereiro/96 – julho/97

UFMG-Universidade Federal de Minas Gerais

Cargo: Contador

Período: março/95 - 96

Contisa - Organização administrativa e Contábil Ltda.

Cargo: Assistente contábil

Período: de abril/93 a março/95

TTC - Transmissão de Televisão a Cabo

Cargo: Assessor contábil

Período: de julho/93 a março/95

Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração - Superintendência

Central de Correição Administrativa:

Período: de agosto/91 a março/95

Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais:

Período: julho/1980 a agosto/91

Transferência para o Estado por Liquidação extrajudicial da Minas Caixa

## **5. TRABALHO COMUNITÁRIO**

Membro de associação de bairro - Associação Comunitária Viver Bandeirantes - ACVB

Período: 2005 – atual

Membro de associação de bairros - União das Associações da Pampulha – UNAPAM

Período: 2022 - atual

Participação ativa nos interesses coletivos do bairro Bandeirantes e da região da Pampulha, englobando diversos bairros ao entorno.

Vários artigos publicados em prol da comunidade, com assuntos relacionados à defesa do bem-estar geral.

Reuniões com membros da Prefeitura de Belo Horizonte, incluindo Fiscais, Secretários e Prefeito, com vereadores, Polícia militar/civil/municipal e demais autarquias envolvidas na região da Pampulha.



45.0

Ola,  
ELIZETE MOREIRA ALVES DE MORAIS  
R CURITIBA 1145 CENTRO - BELO HORIZONTE

B

31.365.360  
MG

TOTAL A PAGAR  
\*\*\*\*\*R\$68,67

VENCIMENTO  
07/10/2025

Copasa Online  
Fale com a Copasa a qualquer hora  
Agência Virtual e Webchat - copasa.com.br

Copasa mais próxima de você  
R CURITIBA 1145 CENTRO - BELO HORIZONTE  
De 08:00 as 16:30

REFERÊNCIA DA CONTA

ESSA CONTA É DO MÊS DE:  
09/2025

Quando foi emitida?  
18/09/2025

Data da apresentação  
18/09/2025

Débitos Anteriores

SEU CONSUMO EM LITROS



HIDRÔMETRO

Y20G 0595623

CONSUMO MÊS ANTERIOR

9.000

CONSUMO MÊS ATUAL

6.000

HISTÓRICO DE CONSUMO

MÊS DE REFERÊNCIA	VOLUME FATURADO (L)	DIAS ENTRE MEDIÇÕES	MÉDIA DIÁRIA (L)
Set/2025	6.000	30	200
Ago/2025	9.000	33	272
Jul/2025	5.000	29	172
Jun/2025	6.000	29	206
Mai/2025	6.000	33	181
Abr/2025	6.000	29	206
Mar/2025	5.000	30	166
Fev/2025	5.000	31	161
Jan/2025	9.000	30	300
Dez/2024	7.000	30	233
Nov/2024	5.000	32	156
Out/2024	6.000	30	200

Descrição dos serviços | Lançamentos

ABASTECIMENTO DE AGUA	39,29
ESGOTO DINAMICO COM COLETA E TRATAMENTO - EDT	29,05
COBRANCA PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS - AGUA	0,27
COBRANCA PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS - ESGOTO	0,06

LEITURA ATUAL	434
LEITURA ANTERIOR	428 (19/08)
CONSUMO APURADO	6
CONSUMO = ATUAL - ANTERIOR	

PRÓXIMA LEITURA 21/10/2025

UNIDADES ATENDIDAS

SERVIÇO	SOCIAL	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL	PÚBLICA
Água		1			
Esgoto		1			

TARIFAS

FAIXA DE CONSUMO EM 1000 LITROS	CONSUMO DA FAIXA EM LITROS	UNIDADES ATENDIDAS	VOLUME TOTAL	CALCULO RESIDENCIAL R\$/1.000 LITROS AGUA	VALOR AGUA	R\$/1.000 LITROS ESGOTO	VALOR ESGOTO	SUBTOTAL
FIXA	--	1	--	--	22,60	--	16,71	39,31
0 A 5	5,00000	1	5,00	2,34000	11,70	1,73000	8,65	20,35
5 A 10	1,00000	1	1,00	4,98700	4,99	3,69000	3,69	8,68
10 A 15								
15 A 20								
20 A 40								
40 A 60								
SOMA	6,00000		6,00		39,29		29,05	68,34



TARIFA DE ESGOTO

A tarifa de serviços de esgotamento sanitário corresponde a um percentual do valor cobrado pelo consumo real de água do imóvel. Quer saber mais? Acesse o QR Code.

TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE O FATURAMENTO: PIS/COFINS - VALOR: R\$ 4,53

INFORMAÇÕES SOBRE A QUALIDADE DA ÁGUA

PERÍODO 07/2025

Portaria de Consolidação:  
5 Anexo XX do MS (Decreto 5440)

NÚMERO DE AMOSTRAS	CLORO	COLIFORMES TOTAIS	COR	ESCHERICHIA COLI	FLUORETO	TURBIDEZ
MÍNIMO	363	363	363	363	0	363
ANALISADAS	373	373	374	373	0	374
FORA PADRÃO	0	3	2	0	0	1
DENTRO PADRÃO	373	370	372	373	0	373

Informações Gerais  
CONSULTA PÚBLICA Nº 05/2025 COM A FINALIDADE DE COLHER  
CONTRIBUIÇÕES QUE SUBSIDIARÃO A DELIBERAÇÃO ARSAE DA 3ª REVISÃO  
TARIFÁRIA PERIÓDICA. PERÍODO: 01.09.2025 A 01.10.2025. INFORMAÇÕES  
EM WWW.ARSAE.MG.GOV.BR

PAGAMENTO

MÊS / REF.

09/2025

VENCIMENTO

07/10/2025

TOTAL A PAGAR

\*\*\*\*\*R\$68,67

Número da fatura

Matrícula

PAGUE COM PIX



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:**  
04.246.034/0001-11

**NOME EMPRESARIAL:**  
ASSOCIACAO COMUNITARIA VIVER BANDEIRANTES- ACVB.

**CAPITAL SOCIAL:**

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:**  
ELIZABETH APARECIDA MOREIRA ALVES

**Qualificação:**  
10-Diretor

**Nome/Nome Empresarial:**  
AGMAR BENTO TEODORO

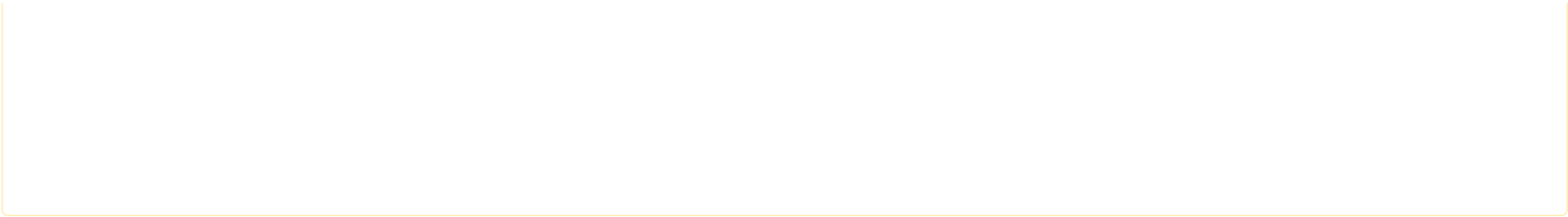
**Qualificação:**  
10-Diretor

**Nome/Nome Empresarial:**  
ROSALIA ANTONIA FERREIRA

**Qualificação:**  
10-Diretor

**Nome/Nome Empresarial:**  
JOSE AMERICO MENDICINO

**Qualificação:**  
10-Diretor

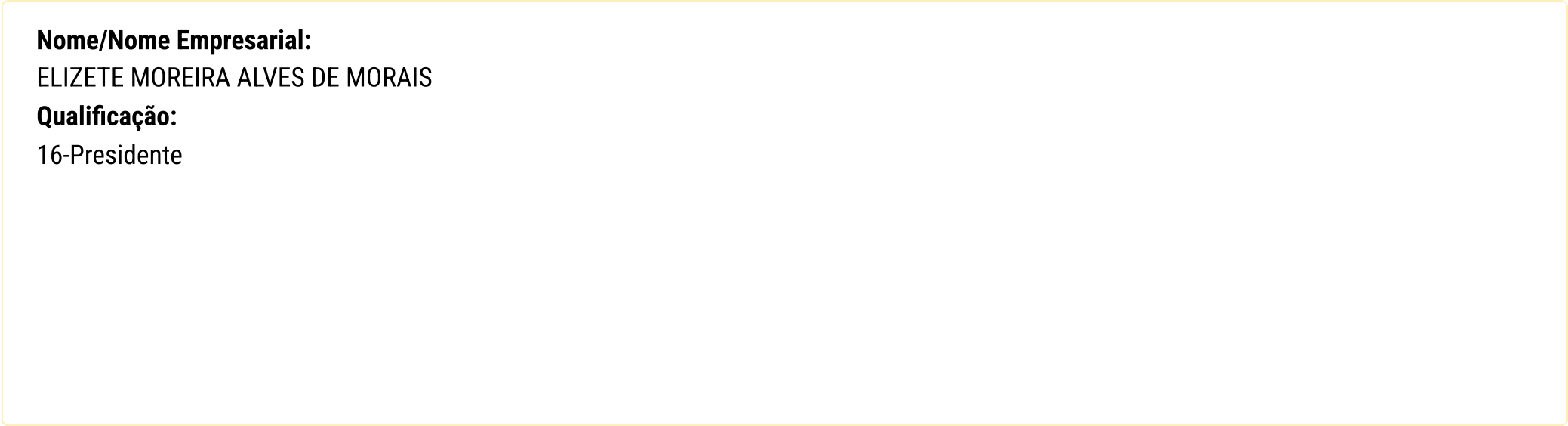


**Nome/Nome Empresarial:**

ALLAN OLIVEIRA MENDES

**Qualificação:**

10-Diretor



**Nome/Nome Empresarial:**

ELIZETE MOREIRA ALVES DE MORAIS

**Qualificação:**

16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **21/05/2025** às **08:17** (data e hora de Brasília).



DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELETRÔNICA  
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 06.961.190/0001-18 / INSC. ESTADUAL 062.322138-0097.  
AV. BARBACENA, 1200 - 17º ANEELAR - ALA 1 - BAIRRO SANTO AGOSTINHO  
CEP: 30190-131 - BELO HORIZONTE - MG

TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA - TSEE FOI CRIADA PELA LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002

JOSE AMERICO MENDICINO

Referente a  
SET/2025

Vencimento  
14/10/2025

Valor a pagar (R\$)  
172,80



NOTA FISCAL Nº 314478816 - SÉRIE 000  
Data de emissão 29/09/2025  
Consulte pela Chave de Acesso em:  
<http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg/n3e>  
chave de acesso:  
31250906981180000116660003144788161057195723  
Protocolo de autorização: 1312500338944215  
29/09/2025 às 22:16:24

Nº DA INSTALAÇÃO  
3012913322

Classe	Subclasse	Modalidade Tarifária	Data de Leitura			
Residencial Trifásico	Residencial	Convencional B1	Anterior	Atual	Nº de dias	Próxima
			28/08	27/09	30	29/10

Valores Faturados									Tarifa unit.
Item da fatura	Unid.	Quant.	Preço Unit. R\$	Valor R\$	PIS/COFINS	Base Calc. ICMS	Alíquota ICMS	ICMS	6.227,5000
Energia Elétrica	kWh	100	1,19597171	119,57	4,32	119,57	18,00	21,52	
Energia SCEE s/ ICMS	kWh	370	0,61055660	225,90	9,98	0,00	0,00	0,00	
Energia compensada GD I	kWh	370	0,58357000	-215,92	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrib. Ilum. Pública Municipal				43,25					
TOTAL				172,80	14,30	119,57		21,52	
Bandeira Vermelha P2 - Já Incluído no valor a pagar				10,03					

#### Revisão de Contas Vencidas / Débito Anteriores

Tipo de Medição  
Energia kWh

Medição  
ARC158010581

Leitura Anterior  
39.450

Leitura Atual  
39.920

Constante de Multiplicação  
1

Consumo kWh  
470

#### Informações Gerais

SALDO ATUAL DE GERAÇÃO: 1.761,97 kWh FPA Único, 4,87 kWh ponta. Tarifa vigente conforme Res. Aneel nº 3.459, de 20/05/2025. Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22. Considerar nota fiscal quitada após débito em sua c/c. Unidade faz parte de sistema de compensação de energia. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas. Leitura realizada conforme calendário de faturamento. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local. AGO/25 Band. Verm. P2 - SET/25 Band. Verm. P2.

#### Reservado ao Fisco

	Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
ICMS	119,57	18,00	21,52
PASEP	323,95	0,79	2,55
COFINS	323,95	3,63	11,75

Fale com CEMIG: 116 - CEMIG Torpedo 29810 - Ouvidoria CEMIG: 0800 728 3838 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - Telefone: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e móveis.

Código de Débito Automático  
003053942457

Instalação  
3012913322

Vencimento  
14/10/2025

Total a Pagar  
R\$172,80

Setembro/2025

83600000001-5 72800138004-3 91490782911-5 08053942457-4



PIX Pague Aqui

DÉBITO AUTOMÁTICO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

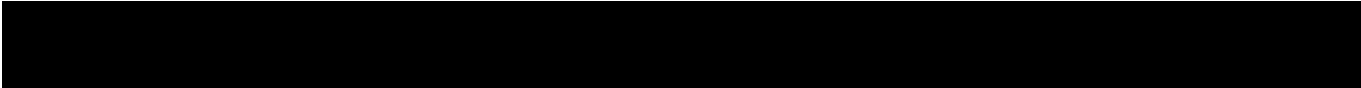
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.246.034/0001-11 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 10/01/2001</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA VIVER BANDEIRANTES- ACVB.</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO COMUNITARIA VIVER BANDEIRANTES- ACVB.</div>	<div>PORTE DEMAIS</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada</div>			
<div>LOGRADOURO R CUSTODIO PINTO COELHO</div>	<div>NÚMERO 520</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>	
<div>CEP 31.365-360</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO BANDEIRANTES</div>	<div>MUNICÍPIO BELO HORIZONTE</div>	<div>UF MG</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO ACVBANDEIRANTES@GMAIL.COM</div>		<div>TELEFONE (31) 8479-4409/ (31) 9643-6085</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 21/05/2025 às 08:16:47 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1







2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellido - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Veiculos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoria de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiation / Filiación - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA029213388<901<<<<<<<<<<  
6307011M2806158BRA<<<<<<<<<<2  
JOSE<<AMERICO<MENDICINO<<<<<<



**ANEXO II**  
**CARTA DE CREDENCIAMENTO**

**DADOS DA ENTIDADE CANDIDATA:**

- ☐ 1 (um) representante de organizações da sociedade civil com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área ambiental;
- ☐ 1 (um) representante de organizações da sociedade civil com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área de proteção e bem-estar animal;
- ☒ 1 (um) representante de associações de moradores com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área ambiental;
- ☐ 1 (um) representante de entidade patronal da indústria com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área de desenvolvimento econômico;
- ☐ 1 (um) representante de entidade patronal do comércio com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área de desenvolvimento econômico;
- ☐ 1 (um) representante de entidade representativa de categorias de profissionais liberais com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área ambiental;
- ☐ 1 (um) representante de universidade ou de unidade de ensino superior, pública ou particular.

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIVER BANDEIRANTES  
CNPJ: 04.246.034/0001-11

Sede: RUA CUSTÓDIO PINTO COELHO, 520, BAIRRO BANDEIRANTES, BELO HORIZONTE/MG

Representante legal: ELIZETE MOREIRA ALVES DE MORAIS

**DADOS DO REPRESENTANTE INDICADO PARA CANDIDATURA AO COMAM:**

Nome: JOSÉ AMÉRICO MENDICINO

Profissão: CONTADOR

Qualificação: Bacharel em Ciências Contábeis, Perito em Perícia Contábil, Professor e Corretor de imóveis

Vínculo com a entidade: Vice-Presidente (Diretor) da associação

Estado Civil: Casado

Naturalidade: Belo Horizonte

Pelo presente, requeremos habilitação da entidade e designamos o representante\* acima qualificado para concorrer à vaga de membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente, nos termos do Edital de Convocação SMMA nº 002/2025.

Belo Horizonte, 22 de outubro de 2025.



Documento assinado digitalmente

ELIZETE MOREIRA ALVES DE MORAIS

Assinatura do representante da entidade

Assinatura do Candidato



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO



CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2608790993



2 e 1 NOME E SOBRENOME

JOSE AMERICO MENDICINO

1ª HABILITAÇÃO

19/11/1983

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO

01/07/1963, BELO HORIZONTE, MG

4a DATA EMISSÃO

16/06/2023

4b VALIDADE

15/06/2028

ACC



D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF

4d CPF

5 Nº REGISTRO

9 CAT HAB

B

NACIONALIDADE

BRASILEIRO

FILIAÇÃO

ITALO MENDICINO

MARIA TEREZINHA PANPOLINI MENDICINO

7 ASSINATURA DO PORTADOR



**ANEXO I: Declaração de Atuação da Entidade**  
**Entidade candidata à vaga de representante da sociedade civil no COMAM**

Nome da entidade	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIVER BANDEIRANTES		
Segmento	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES		
Endereço	RUA CUSTÓDIO PINTO COELHO, 520, BAIRRO BANDEIRANTES – BH/MG	E-mail	ac[REDACTED]@gmail.com
CNPJ	04.246.034/0001-11	Data de Fundação	10/01/2001
Membros da Diretoria			
ELIZETE MOREIRA ALVES DE MORAIS – PRESIDENTE ELIZABETH APARECIDA MOREIRA ALVES – DIRETOR AGMAR BENTO TEODORO – DIRETOR ROSÁLIA ANTÔNIA FERREIRA – DIRETOR JOSÉ AMÉRICO MENDICINO – DIRETOR ALLAN OLIVEIRA MENDES - DIRETOR			
Descrição de Atividades Realizadas			
ANO 1	TODOS OS ANOS EM PLENA ATIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE REUNIÕES, AUDIÊNCIAS, CONFERÊNCIAS E DEMAIS ENCONTROS COM PODERES PÚBLICOS NA OBTENÇÃO DE MELHORIAS PARA A REGIÃO E TODA A COMUNIDADE LOCAL= POLÍCIA MILITAR, PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, MINISTÉRIO PÚBLICO, COMOVEC, ETC. ANEXAREMOS ALGUNS DOCUMENTOS PARA COMPROVAÇÃO.		
ANO 2	TODOS OS ANOS EM PLENA ATIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE REUNIÕES, AUDIÊNCIAS, CONFERÊNCIAS E DEMAIS ENCONTROS COM PODERES PÚBLICOS NA OBTENÇÃO DE MELHORIAS PARA A REGIÃO E TODA A COMUNIDADE LOCAL= POLÍCIA MILITAR, PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, MINISTÉRIO PÚBLICO, COMOVEC, ETC. ANEXAREMOS ALGUNS DOCUMENTOS PARA COMPROVAÇÃO.		
ANO 3	TODOS OS ANOS EM PLENA ATIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE REUNIÕES, AUDIÊNCIAS, CONFERÊNCIAS E DEMAIS ENCONTROS COM PODERES PÚBLICOS NA OBTENÇÃO DE MELHORIAS PARA A REGIÃO E TODA A COMUNIDADE LOCAL= POLÍCIA MILITAR, PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, MINISTÉRIO PÚBLICO, COMOVEC, ETC. ANEXAREMOS ALGUNS DOCUMENTOS PARA COMPROVAÇÃO.		
Anos anteriores	A Associação atua, desde 10 de janeiro de 2001, inclusive no últimos anos com atuação sempre presente, de forma ampla e integrada na promoção do bem-estar da comunidade e na preservação do meio ambiente, desenvolvendo ações contínuas e articuladas em diversas frentes. Suas principais atividades incluem:  <b>1. Proteção ao Meio Ambiente</b>  <ul style="list-style-type: none"> <li>Fiscalização e denúncia de danos ambientais, como</li> </ul>		

	<p>desmatamentos, queimadas ilegais, descarte irregular de resíduos e poluição hídrica.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de campanhas de conscientização sobre a importância da preservação ambiental, reciclagem e uso sustentável dos recursos naturais.</li> <li>• Organização de mutirões de limpeza em áreas públicas, rios, parques e encostas.</li> </ul> <p><b>2. Proteção aos Moradores</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atuação como representante dos moradores junto aos órgãos públicos para reivindicações relacionadas à segurança, mobilidade, saneamento e infraestrutura urbana.</li> <li>• Encaminhamento de denúncias sobre violência, invasões, construções irregulares ou situações de risco.</li> <li>• Monitoramento de áreas vulneráveis a desastres naturais, como deslizamentos e alagamentos, em articulação com a Defesa Civil.</li> </ul> <p><b>3. Atividades Sociais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de cursos, oficinas e atividades culturais voltadas à inclusão social, geração de renda e capacitação profissional da comunidade.</li> <li>• Promoção de campanhas solidárias (arrecadação de alimentos, roupas, brinquedos e materiais escolares).</li> <li>• Apoio a famílias em situação de vulnerabilidade social, com encaminhamento a serviços de assistência social e apoio psicológico.</li> </ul> <p><b>4. Relações Institucionais e Defesa dos Direitos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação em reuniões periódicas com a Polícia Militar para discutir estratégias de segurança comunitária, combate à criminalidade e fortalecimento da atuação preventiva no território.</li> <li>• Articulação com a Prefeitura e suas secretarias (Meio Ambiente, Urbanismo, Obras, Assistência Social, Saúde, Educação) para encaminhamento de demandas e execução de projetos em parceria.</li> <li>• Diálogo constante com o Ministério Público para acompanhamento de processos, termos de ajustamento de conduta (TACs) e fiscalização de políticas públicas.</li> <li>• Colaboração com conselhos municipais, audiências públicas e fóruns de participação cidadã.</li> </ul>

Declaro, sob as penas da lei, que as informações prestadas neste relatório são verdadeiras, e que os documentos anexados são autênticos.

Belo Horizonte, 22 de outubro de 2025

ELIZETE MOREIRA ALVES DE MORAIS







MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
MUNICIPAL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, pela 16ª Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo da Comarca de Belo Horizonte, no uso de suas atribuições legais, embasado nos arts. 127 e 129, II e III, da Constituição Federal, na Lei Complementar Estadual n. 34/94, no inciso IV do parágrafo único do artigo 27 da Lei 8.625 de 12.02.1993 e artigo 1º da Lei 7.347/85, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor a presente

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA**  
**DE URGÊNCIA**

em face de:

**1)MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Avenida Afonso Pena, 1212, Centro, Belo Horizonte, representada por seu Prefeito Municipal FUAD NOMAN ou pelo Procurador Geral do Município,



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2) **FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS E ZOOBOTÂNICA**, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 007.276.220/0001-91, com sede na Avenida Otacílio Negrão de Lima nº 8000, Bairro Bandeirantes, Belo Horizonte/MG, representada por seu Presidente Sérgio Augusto Domingues e

3) **HÍBRIDO COMUNICAÇÃO E CULTURA LTDA-EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 12.471.498/0001-50, com endereço comercial na Rua Brazópolis, 139, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, CEP 31150-170, representada indistintamente por quaisquer dos sócios Gabriel Bifano Assad, Mariana Vieira de Campos e Victor Thiago Pereira Veloso Diniz, pelos seguintes fatos e fundamentos a seguir expostos:

### 1 - Dos fatos:

A 16ª Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo da Comarca de Belo Horizonte/MG instaurou o procedimento investigatório NF 0024.23.003992-7 a partir de representação formulada pela **Associação Comunitária Viver Bandeirantes (ACVB)**, a qual noticiou que estava sendo veiculada na *internet*, via redes sociais, propagada do evento denominado “Festival Sensacional 2023”, a ser realizado nos dias 23 e 24 de junho de 2023 pela 3ª ré - **HÍBRIDO COMUNICAÇÃO E CULTURA LTDA-EPP** no Parque Ecológico da Pampulha, administrado pela 2ª ré - **FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS E ZOOBOTÂNICA**, conforme se verifica de fls. 03/06, , mediante autorização a ser fornecida pelo primeiro réu - **MUNICÍPIO**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**DE BELO HORIZONTE**, por meio de sua **Secretaria Municipal de**  
**Políticas Urbanas.**

Preliminarmente, determinou-se oficialiar à Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU) solicitando informações sobre o evento e seu regular licenciamento (fls. 02v e 07v.)

Em resposta ao ofício, foi informado em 04 de abril de 2023 que ainda não havia procedimento de licenciamento formalizado, mas que o promotor do evento, a ré Híbrido, estava em negociação com a ré Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica (FPMZB) para obter anuência à realização do evento no Parque Ecológico da Pampulha, conforme fls. 08v.

Na sequência, em complementação à resposta anterior, a PGM encaminhou informações prestadas pela FPMZB, aduzindo que a ré Híbrido solicitou as datas de 23 e 24 de junho de 2023 para realização do evento e que estavam sendo realizadas reuniões para reduzir os problemas ocorridos em razão do festival no ano de 2022. Enfatizou que somente após a realização da etapa de alinhamento com a comunidade e do envio da documentação necessária pela empresa (detalhamento de todo o evento, croqui, identificação dos responsáveis, etc), seria emitida anuência da FPMZB. (fls. 11).

Foi dada ciência da manifestação da SMPU e da FPMZB à entidade representante para conhecimento e manifestação no prazo de 10 (dez) dias, conforme fls. 13.

A ACVB e a APIBB (Associação Pró-Interesses do Bairro Bandeirantes) encaminharam manifestação de fls. 14/31v, oportunidade em que



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

aduziram estarem participando de reuniões com representantes do poder público municipal, Polícia Militar de Minas Gerais, Fiscalização Regional Pampulha, organizadores do evento, previsto para ocorrer em 2 dias seguidos (23 e 24 de junho/2023), público estimado em cada dia de 15.000 pessoas e duração superior a 10 horas ininterruptas de som no dia 24/06 em razão dos problemas verificados no festival 2022, que ocorreu no dia 02 de julho de 2022.

Aduziram que nas reuniões até então realizadas foram discutidos os impactos negativos do evento do ano passado, os quais foram sintetizados em relatório escrito e em REDS lavrado pela PMMG (anexos 2 e 3). Ressaltaram a vocação ecológica do Parque da Pampulha como área de lazer e de contemplação, as características do Bairro Bandeirantes, bem como a ocorrência de poluição sonora no evento do ano passado, considerando ainda a existência de 15 casas de repouso para idosos no entorno imediato do Parque, os problemas de trânsito antes, durante e após o evento, especialmente a dificuldade de dispersão do público após o término do evento, em razão da ausência de transporte coletivo que atenda satisfatoriamente a região, os transtornos para os trabalhadores das casas de repouso em razão das mudanças na circulação, especialmente dificuldade de acessar seus locais de trabalho ou voltar para casa ao fim do expediente.

Aduziram ser impossível o controle adequado dos níveis de ruído, visto que o espelho d'água atua como fator de potencialização da propagação do som e que embora os organizadores do evento tenham manifestado disposição de atuar para minimizar os impactos, o Parque Ecológico não se mostra local adequado para eventos desta magnitude.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A resposta de fls. 15/18 veio instruída com auto de notificação da poluição sonora constatada no ano de 2022 (fls. 19), REDS (fls. 20/21), relatório de avaliação dos impactos do evento em 2022 (fls. 22/23v), mapa da região (fls. 24), divulgação do evento na *internet* (fls. 25/28v), reclamação de poluição sonora (fls. 30/30v) e relação das casas de repouso para idosos no entorno (fls. 31/31v).

Foi agendada reunião pelo TEAMS para o dia 18/05/2023 às 15:00 horas, tendo sido convidadas as associações de bairro, a SMPU, a FPMZB, a BHTRANS, a empresa ré e a SUFIS, conforme se deduz de **fls. 32/52**.

Na data aprazada, presentes os interessados, foram discutidos os impactos decorrentes do evento ocorrido no ano passado e as possíveis medidas para mitigá-los, conforme se verifica da ata de **fls. 103/109**, especialmente, inadequação do Parque para eventos desta magnitude, poluição sonora, casas de repouso de idosos ao redor, problemas com flanelinhas, mobilidade urbana, problemas de segurança pública, etc.

Restou acertado ao final da reunião que as entidades representantes informariam sobre os representantes da PMMG que pudessem ser ouvidos para esclarecimento dos fatos ocorridos após o evento, a Promotora de Justiça solicitaria laudo técnico sobre os usos permitidos para o local e a empresa ré encaminharia por escrito documentos que comprovassem as medidas adotadas para solução dos problemas apontados.

A APIBB encaminhou contatos da PMMG, conforme fls. 53.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Juntou-se laudo técnico sobre os usos permitidos para a região, conforme fls. 55/56v.

A empresa ré Híbrido encaminhou manifestação escrita, juntada às fls. 58/92, contendo contrato social (fls. 59/70), propostas para mitigação dos impactos relativos à poluição sonora, dispersão de público, flanelinhas, casas de repouso e outras ações culturais (fls. 71/73), além de relatório preliminar sobre avaliação dos níveis de pressão sonora (fls. 74/82), layout do evento (fls. 83) e comprovante de protocolo do pedido de licença para o evento (fls. 85/91).

Em 26.05/2023, compareceram espontaneamente perante o órgão execução ministerial, os senhores **Ricardo Pereira de Araújo Gomes e Patrícia Alves Mota Cunha, da PMMG**, responsáveis pelo policiamento ostensivo da Região do evento, os quais relataram pormenorizadamente todos os problemas ocorridos no ano passado, conforme fls. 96/102, tendo ainda encaminhado por email relevantes documentos (fls. 110).

Finalmente, a AVCB encaminhou email contendo mapa que comprova a distância da esplanada do parque, onde se pretende realizar o evento e o Zoológico (cerca de 820 metros), foto aérea do parque, alegando não existir barreira que impeça a propagação do som durante a realização do evento, bem ainda informação extraída do sítio da PBH com divulgação do evento e localização dos palcos.

Em síntese, o breve relato do essencial.





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Passamos a discorrer sobre por quais motivos entende-se que o Parque Ecológico da Pampulha não se mostra adequado, sob vários aspectos, para realização de eventos desta natureza e os consectários legais decorrentes.

### **2 - Fundamentação:**

#### **2.1 - Da legitimidade do Ministério Público:**

O vigente Texto Constitucional confere ao Ministério Público a legitimidade para zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Cidadã, promovendo as medidas necessárias à sua garantia. Ao mesmo tempo, assegura, como função institucional, a promoção da ação civil pública para a proteção do meio ambiente e da ordem urbanística, do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos – artigo 129, II e III da Constituição Federal.

Sobressai neste caso a presença de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos e individuais indisponíveis que estão a exigir a devida proteção judicial, sendo indiscutível que o Ministério Público é o Órgão detentor de poderes legais para a defesa de tais direitos fundamentais.

Com efeito, além da regra Constitucional acima mencionada, o artigo 1º, IV e artigo 5º, da Lei nº 7.347/85, aliado agora ao artigo 25, IV, “a”, da Lei nº 8.625/93, asseguram ao Ministério Público a legitimidade ativa para a propositura de ação civil pública que venha a requerer em Juízo a preservação de mencionados direitos.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Leciona PERICLES PRADE que os direitos difusos são aqueles titularizados por uma cadeia abstrata de pessoas ligadas por vínculos fáticos exurgidos de alguma circunstancial identidade de situação, passíveis de lesões disseminadas entre todos os titulares, de forma pouco circunscrita e num quadro de abrangente conflituosidade.

*In casu*, a Promotoria de Justiça age tão só, como se verá adiante com detido vagar, imbuída da efetiva defesa da vida, saúde e segurança da população, no escopo de proporcionar-lhes um meio ambiente urbano com o afastamento de qualquer situação de nocividade ou perigosidade. E, nesta atuação com caráter preventivo, sobrepõe-se antes de tudo o dever de pedir a proteção jurisdicional aos interesses metaindividuais lesionados.

Aliás, na evolução do Direito, as ações coletivas vieram para servir ao superior desiderato de prevenir ofensas, ou senão, de afastá-las sem maiores delongas, **impedindo uma inadmissível repetição**. Inspiradas em institutos alienígenas e trazendo subjacente o interesse social, facilitam e tornam célere a obtenção de resultados práticos.

Neste patamar, vale citar a séria advertência lançada por Nelson Nery Júnior:

“Deixar de conceder legitimação para que alguém ou alguma entidade ou organismo possa vir a juízo na defesa dos direitos e interesses difusos ou coletivos é ofender o princípio constitucional que garante o acesso à justiça por



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

meio do exercício do direito de ação judicial.”(Princípios do Processo Civil na Constituição Federal, pág. 109)

Mercê de suas atribuições Constitucionais de defesa da sociedade e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127, c-c o art. 129, II e III), o Ministério Público, dentre os demais legitimados, tem verdadeira vocação natural para a defesa da ordem urbanística e do meio ambiente *lato sensu*.

O Ministério Público dispõe de legitimação para promover a ação civil pública para a defesa dos interesses ou direitos difusos ou coletivos, como já o faz desde 1985 (Lei n. 7.347/85, art. 5º).

### 2.2 – Do interesse de agir

“Quando a lei confere legitimidade de agir ao Ministério Público, presume o interesse de agir: no caso, o interesse está na própria norma que chama o Ministério Público ao processo.”(Carnelutti, “Mettere Il Pubblico Ministero ao suo posto”, in “Revista di Diritto Processuale”, Pádua, Cedam, 1.953, pg. 258; Satta, “Direito Processual Civil”, vol. I, nº 45; cfr. 671-249).

O interesse de agir é avaliado pelo binômio necessidade – adequação (cf. CINTRA, GRINOVER e DINAMARCO, in “Teoria Geral do Processo”, Ed. RT, 1.985, 5ª Ed., pg. 222-223).



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Presente a necessidade da tutela jurisdicional, haja vista que o evento objurgado “Festival Sensacional 2023” é atrativo de público, causador de impactos ambientais, urbanos e sociais variados, os quais não podem ser adequadamente mitigados em razão do local onde se pretende realizá-lo, conforme se demonstrará nos diversos tópicos desta petição inicial.

Presente, também, a adequação (relação existente entre a situação lamentada pelo autor e o provimento jurisdicional concretamente solicitado), conforme se extrai do artigo 1º, I, IV e VI, da Lei 7.347-85.

Finalmente, deve ser consignado que o Ministério Público tem a obrigação constitucional de assegurar a ordem jurídica, agindo em defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, no qual se inserem a segurança pública, o meio ambiente, a ordem urbanística, o que enseja sua legitimidade e o dever de manejo da presente ação.

### **2.3– Do direito ao meio ambiente equilibrado – necessidade de adequação às normas ambientais para o exercício de atividade econômica**

A Constituição da República de 1988 dedicou o Capítulo VI, exclusivamente, para tratar da proteção ambiental, dispondo:

**“Artigo 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do**



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”**

A proteção ambiental é garantida na Constituição Federal como um direito fundamental, permitindo a qualquer cidadão a propositura de ação popular visando, entre outros direitos, a proteção do meio ambiente (artigo 5º, inciso LXXIII).

O texto maior do ordenamento jurídico brasileiro demonstrou que a sociedade, representada por seus constituintes, quer e exige a proteção do meio ambiente, principalmente em relação à prevenção, bem como a reparação dos danos causados por aquele que o degradar.

Assim, adotando os fundamentos do Estado Democrático de Direito, com priorização da proteção à pessoa humana como paradigma de seus valores fundamentais, a Constituição Federal de 1988 tutelou os bens ambientais, como essenciais à qualidade da vida humana.

Nesse sentido, ressalte-se que o conceito de meio ambiente engloba, a um só tempo, o meio ambiente natural, o meio ambiente cultural e meio ambiente urbano, certo que todos os aspectos mereceram a tutela constitucional, conforme deflui dos arts. 182 e 183, 216 e 225 da CF/88.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Também não se pode perder de vista que o direito à saúde, à segurança pública e à moradia digna foram consagrados como direitos fundamentais no nosso texto constitucional, de forma expressa:

Art. 6º- São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.  
(grifo nosso)

O acesso à moradia digna tende a concretizar o primado da dignidade humana, tratando-se, assim, de um direito fundamental.

Nelson Saule Júnior observa que,

“A moradia, como uma necessidade de toda pessoa humana, é um parâmetro para identificar quando as pessoas vivem com dignidade e têm um padrão de vida adequado. O direito de toda pessoa humana a um padrão de vida adequado somente será plenamente satisfeito com a satisfação do direito a uma moradia adequada.<sup>1</sup>

A sujeição dos moradores do entorno do Parque Ecológico da Pampulha, incluídos os idosos que habitam nas 15 casas de repouso ali existentes

---

<sup>1</sup> Saule Júnior, Nelson. Direito Urbanístico: Estudos Brasileiro e Internacionais. Ed. Del Rey, p.217



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

aos efeitos nocivos de atividades poluidoras que os réus pretendem realizar e autorizar, sem que haja respeito e adimplemento às normas urbanísticas e ambientais adequadas à matéria, tais como tratamento acústico, vagas de estacionamento, mobilidade e trânsito, segurança pública, viola o direito à moradia digna, ao meio ambiente e à cidade sustentáveis.

Basta verificar o relatório de reclamações apresentado pelas entidades representantes – ACVB e APIBB de fls. 19/23v e os depoimentos dos Policiais Militares de fls. 96/99.

Ressalte-se que as normas que objetivam afastar ou mitigar os efeitos danosos das atividades poluidoras estão inseridas no direito urbanístico, pois a ordenação do espaço urbano visa promover o bem-estar de todos.

Antonio Bezerra Baltazar destaca que

...o urbanismo é uma ciência, uma técnica e uma arte ao mesmo tempo, cujo objetivo é a organização do espaço urbano visando o bem estar coletivo – através de uma legislação, de um planejamento e da execução de obras públicas que permitam o desempenho harmônico e progressivo das funções urbanas elementares: habitação, trabalho, recreação, do corpo e do espírito, circulação no espaço urbano. (Introdução ao planejamento urbano, p.136, apud Silva, José Afonso da. Direito urbanístico brasileiro, p.30)



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Não se pode perder de vista que a promoção do bem-estar de todos, ou seja, de qualidade de vida para a população, está diretamente atrelada à preservação do meio ambiente e como tal, não deve ser protegida apenas pelo Poder Público, **mas por toda a coletividade, o que importa na observância, por todos, indiscriminadamente, das normas atinentes às atividades que pretendam exercer.** É o direito público se sobrepondo ao direito privado.

Perfeitamente configurada a atividade poluidora exercida pela requerida, qual seja, realização de evento de grandes proporções, sem adoção de medidas eficazes de controle ambiental e mitigação, tendo em vista a aceção jurídica do termo, cuja definição está contida no art. 3º, incisos II e III da Lei nº 6938/81- Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, é:

Art. 3º - Para os fins previstos nesta lei, entende-se por:

(...)

II – degradação da qualidade ambiental: a alteração adversa das características do meio ambiente;

III – poluição: a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indireta:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem, estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

...





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

d) afetem as condições estéticas, ou sanitárias do meio-ambiente...”

Já o inciso IV, do mesmo artigo define o que é poluidor, em cujo conceito, enquadra-se, perfeitamente, os réus para todos os efeitos legais:

Art. 3º - Para os fins previstos nesta lei, entende-se por:

(...)

IV – poluidor: a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.

Os relatórios apresentados pela PMMG e pelas associações representantes dão conta dos impactos decorrentes da atividade da ré e a impossibilidade de mitigá-los adequadamente em razão das características do local – Parque Ecológico da Pampulha, em total desrespeito ao meio ambiente urbano, comprometendo não só a qualidade de vida de seus freqüentadores, mas muito especialmente da comunidade do entorno, configurando o chamado dano ambiental urbano.

João Roberto Salazar Jr. observa que “... por força do disposto no artigo 225 da Constituição Federal, que estabelece como condição “essencial à sadia qualidade de vida” o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, devendo este ser protegido não apenas pelo Poder Público, mas também por toda a coletividade. Com efeito, é forçoso reconhecer que ao disciplinar a organização dos espaços habitáveis, o Direito Urbanístico promove,



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

indiretamente, a proteção do meio ambiente...” (O Direito Urbanístico e a tutela do meio ambiente urbano, “Direito Urbanístico e Ambiental”, Coord. Adilson Abreu Dallari e Daniela Campos Libório di Sarno, Ed. Fórum, Belo Horizonte, 2007).

Cabe ressaltar que o dano ambiental pode gerar consequências patrimoniais e extrapatrimoniais. As primeiras se caracterizam pelas perdas e danos decorrentes da lesão, já as últimas com o que denominaríamos de dano social.

O dano social é impossível de encontrar correspondência exata pecuniária, mas deve ser objeto de indenização e não se confunde com o interesse privado ou de grupos.

Leciona Marcelo Abelha Rodrigues:

(...)O dano social refere-se ao impacto negativo causado ao bem-estar da coletividade pela degradação do meio ambiente e pela impossibilidade de fruição dos bens ambientais, durante o tempo necessário para que a integral restauração se perfeça (...) É preciso compreender que o dano ambiental provoca, também, esse dano social.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> RODRIGUES, Marcelo Abelha Rodrigues. Instituições de Direito Ambiental, São Paulo: Max Limonad, 1ªed.,2002.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Além do quê, em se tratando de direito ambiental urbano, imperioso observar os princípios da precaução e da prevenção. O princípio da prevenção impõe uma conduta racional diante de um risco que se pode mensurar, exigindo que a conduta humana se pautar no dever de agir com cuidado, com atenção.

Já a precaução “...consagra a exigência social de um reforço na prevenção e de uma aplicação inédita de instrumentos de prevenção contra riscos potencialmente graves e irreversíveis, mas cujas possibilidades de realização são poucas e mal conhecidas... A precaução pode ser caracterizada como o princípio segundo o qual a ausência de certeza – tanto na órbita científica como na técnica – sobre a existência de um risco vinculado a uma determinada ação humana não pode conduzir ao atraso ou à não-adoção de medidas eficazes e adotadas para evitar danos graves e irreversíveis a bens comuns (meio ambiente, saúde humana e animal, etc.)” (O princípio da precaução como critério orientador e regulador da biossegurança, Salvador Darío Bergel, Desafios Jurídicos da Biotecnologia, Carlos María Romeo-Casabona, Maria de Fátima Freire de Sá, Coord, Editora Mandamentos, Belo Horizonte, 2007)

Precaução e prevenção nos levam ao princípio da prudência.

**Nenhum desses princípios está sendo observado no caso em exame,** conforme demonstrado alhures e minuciosamente analisado nos tópicos seguintes.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Saliente-se que interesses privados não podem prevalecer sobre o interesse público. O interesse público é indisponível e como tal, é impossível de ser sacrificado ou negociado.

Estas as lições de Marçal Justen Filho:

...a supremacia e a indisponibilidade do interesse público vinculam-se diretamente ao princípio da República, que impõe a dissociação entre titularidade e exercício do interesse público. Juridicamente, efetivo titular do interesse público é a comunidade, o povo. O direito não faculta ao agente público o poder para escolher entre cumprir e não cumprir o interesse público. O agente é um servo do interesse público- nessa acepção, o interesse público é *indisponível*” (Curso de Direito Administrativo, Ed. Saraiva, 2005)

Nesse diapasão, cabe destacar que o exercício de atividade econômica está condicionado à observância das normas voltadas à proteção do meio ambiente, aí incluídas por certo as normas urbanísticas, conforme consagrado no texto constitucional vigente:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

...

VI- defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

### **2.4 – Do Parque Ecológico da Pampulha e o entorno:**

Segundo se extrai do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> In <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-de-parques-e-zoobotanica/informacoes/parques/parque-ecologico-da-pampulha>. Acesso em 05-06-2023.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### PARQUE FRANCISCO LINS DO RÊGO

criado em 23/02/2018 - atualizado em 03/12/2022 | 16:26



Fotos: Sérgio Domingues / Livia Ansaloni / Suziane Brugnara

O Parque Ecológico Francisco Lins do Rêgo, conhecido como Parque Ecológico da Pampulha, foi inaugurado em 21 de maio de 2004, resultado de uma história de recuperação ambiental. Suas características, pouco comuns no Brasil, proporcionam às pessoas uma integração direta com o meio ambiente. Com 30 hectares de áreas verdes, o Parque é propício para a caminhada, para andar de bicicletas, praticar slackline, soltar pipa, fazer piquenique e descansar. Nele também foi construído o Memorial Minas-Japão, monumento construído em 2009 em comemoração ao Centenário da Imigração Japonesa ao Brasil.

Para melhor desfrutar da sua visita ao Parque, preparamos algumas dicas:

- É permitida a entrada de bicicletas. Aproveite e venha com a sua. Você também pode utilizar as bicicletas compartilhadas (de uso coletivo) disponibilizadas em vários pontos da cidade.
- Não é permitido o acesso de animais de estimação.
- Utilize a Esplanada para prática de esportes e para soltar pipas.
- Traga pipas somente de papel. Pipas de plástico não são permitidas no Parque, nem linhas cortantes, como cerol ou linha chilena.
- Utilize o Bosque para descansar e fazer piquenique nas sombras das árvores.
- Pratique slackline no Slackparque localizado na Colina, atrás do lago. Não amarre fitas ou qualquer objeto nas árvores.
- Traga boné, chapéu, protetor solar e garrafinha para colocar água. Evite exposição excessiva ao sol.
- Para evitar incômodos com carrapatos, verifique suas roupas a cada três horas.

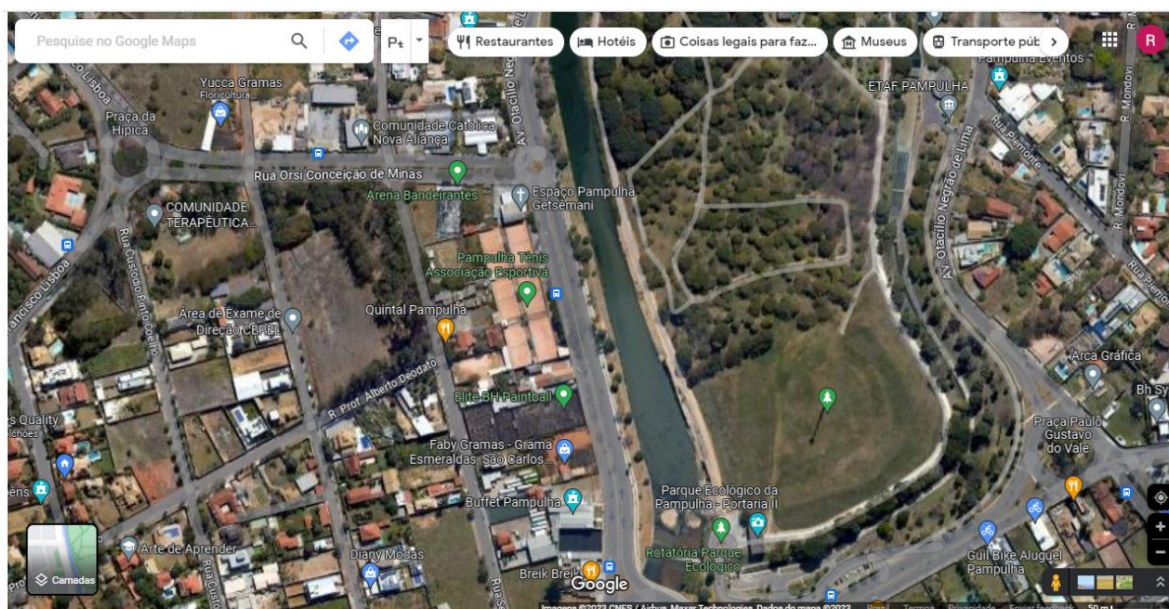
Conforme se verifica do extrato acima, o Parque Ecológico da Pampulha é um local destinado ao lazer da população, com vista ao descanso e contemplação ecológica. A própria Esplanada, onde se pretende realizar o



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

“Festival Sensacional 2023” é destinada para prática de esportes e para soltar pipas.

A configuração física do local – uma grande esplanada – não permite controle adequado da propagação do som, por suas características físicas (um grande platô, formado pela deposição de sedimentos, sem barreiras físicas, naturais ou construídas) Senão vejamos:

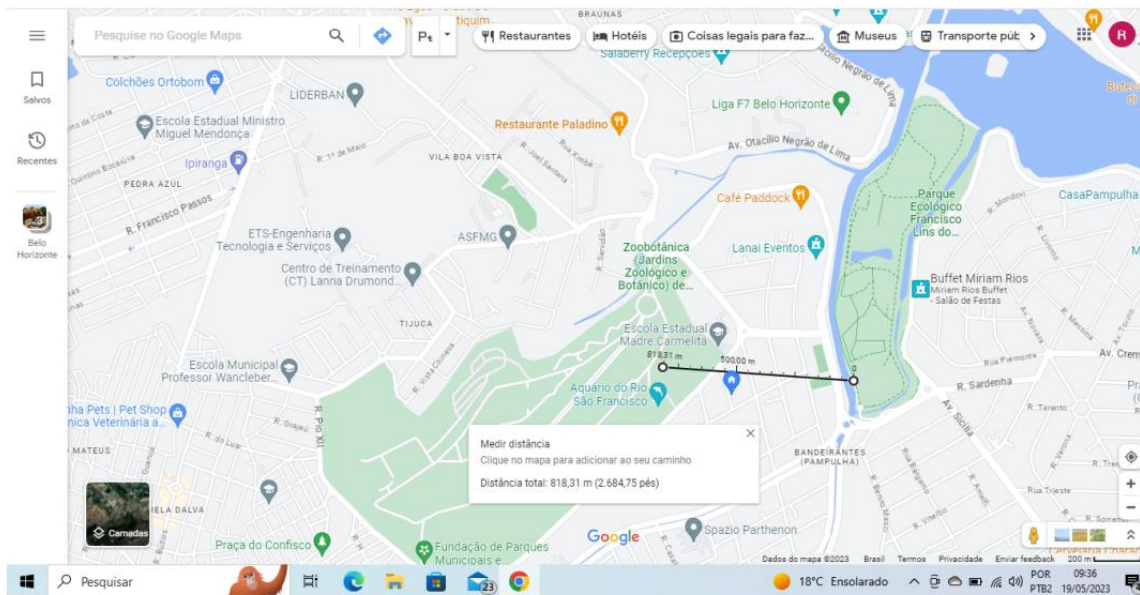


Ademais, o local previsto para o evento está apenas a 800 metros de distância do zoológico em linha reta, conforme se verifica do mapa abaixo:





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



No entorno, existem pelo menos 15 casas de repouso de idosos, o que foi confirmado pela SMPU e pela FMPZB na reunião ocorrida no dia 18/05/2023 na Promotoria de Justiça, conforme mapa abaixo e relação apresentada pela APIBB às fls. 31/31 do procedimento investigatório:







## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### 2.5- Da poluição sonora

Como já destacado anteriormente, a Constituição garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo tanto ao Poder Público quanto aos particulares sua preservação.

Noutro giro, a Lei Municipal nº 9.505/2008 estabelece:

Art. 2º - É proibida a emissão de ruídos, sons e vibrações, produzidos de forma que:

(...)

III - cause incômodo de qualquer natureza;

IV - cause perturbação ao sossego ou ao bem-estar públicos;

(...)

Art. 13 - Os infratores desta Lei estarão sujeitos às seguintes penalidades, além da obrigação de cessar a transgressão:

I - advertência;

II - multa;

III - interdição parcial ou total da atividade, até a correção das irregularidades;

IV - cassação do Alvará de Localização e Funcionamento de Atividades ou de licença.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

(...)

Art. 19 - A penalidade de interdição parcial ou total da atividade poderá ser aplicada, a critério da autoridade competente, nas hipóteses de:

I - risco à saúde individual ou coletiva;

II - dano ao meio ambiente ou à segurança das pessoas;

III - reincidência, observado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 1º - Dependendo da gravidade da infração praticada, a penalidade de interdição parcial ou total da atividade poderá ser aplicada na primeira reincidência.

São notoriamente conhecidos os problemas e transtornos ocasionados pela poluição sonora, sobretudo nas grandes cidades. A criação de uma legislação que visa atenuá-la ou controlá-la é de suma importância para os que nelas vivem.

Neste contexto, existe todo um arcabouço legislativo, o qual protege, não somente o meio ambiente, mas a sociedade como um todo da poluição na forma sonora.

Em se tratando do Município de Belo Horizonte, é a mencionada Lei nº 9.505/2008 que tem este papel fundamental. Ela estabelece os níveis de



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ruídos que podem ser emitidos de acordo com o horário (artigo 10), bem como as penalidades para quem a descumpre.

No caso desta ação, havendo zoológico e casas de repouso para idosos no entorno do Parque Ecológico, bem ainda considerando as características do próprio Parque, destinado ao abrigo da fauna (em sua maioria aves), bem ainda ao repouso, lazer e contemplação, os níveis máximos de ruídos tolerados são diminuídos, não podendo ser desconsiderado que o evento está programado para ocorrer em final de semana, destinado ao descanso da população, no dia 23/06 (sexta-feira) em horário noturno e no dia 24/06 (sábado) por mais de 10 (dez) horas consecutivas, sem mencionar o período de passagem de som, que também costuma durar várias horas e ser bastante incômodo para a população, conforme reconhecido pelo próprio ré Híbrido, durante a reunião ocorrida no dia 18/05 último.

Com efeito, relativamente a locais destinados ao descanso, ensino e reabilitação, a Lei Municipal 9505/2008 estabelece:

Art. 4º - A emissão de ruídos, sons e vibrações provenientes de fontes fixas no Município obedecerá aos seguintes níveis máximos fixados para suas respectivas imissões, medidas nos locais do suposto incômodo:

I - em período diurno: 70 dB(A) (setenta decibéis em curva de ponderação A);

II - em período vespertino: 60 dB(A) (sessenta decibéis em curva de ponderação A);



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

III - em período noturno: 50 dB(A) (cinquenta decibéis em curva de ponderação A), até às 23:59 h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), e 45 dB(A) (quarenta e cinco decibéis em curva de ponderação A), a partir da 0:00 h (zero hora).

(...)

§ 6º - Quando a propriedade em que se dá o suposto incômodo tratar-se de escola, creche, biblioteca pública, cemitério, hospital, ambulatório, casa de saúde ou similar, deverão ser atendidos os menores limites:

I - em período diurno: 55 dB(A) (cinquenta e cinco decibéis em curva de ponderação A);

II - em período vespertino: 50 dB(A) (cinquenta decibéis em curva de ponderação A);

III - em período noturno: 45 dB(A) (quarenta e cinco decibéis em curva de ponderação A). (grifo nosso)

Conforme se observa, considerando as características do local – uma esplanada aberta, é impossível realizar-se a atividade (show com várias bandas) dentro dos limites que são estabelecidos pela legislação – 55 dBA do durante o dia, 50 dBA à tarde e 45 dB A à noite, ainda que a empresa ré esteja disposta a fazê-lo.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Comprova o afirmado a circunstância do Festival ter sido autuado no ano de 2022, por haver produzido ruídos acima do legalmente permitido, conforme auto de notificação de fls. 19, acabando por gerar procedimento criminal junto ao Juizado Especial Criminal desta Comarca, distribuído sob o n. **5192255-19.2022.8.13.0024**, sendo certo que no ano de 2022, a fiscalização sequer levou em consideração a circunstância de haver casas de repouso para idosos no entorno.

Embora a empresa tenha informado pretender realizar monitoramento dos níveis de pressão sonora, não explicou quais critérios utilizou para escolher os locais de medição, como repassará tais dados ao poder público, nem que medidas efetivas de controle adotará para atender os limites legais de ruídos, especialmente considerando as especificidades do local do evento e do entorno (zoológico e casas de repouso).

Dessa forma, resta demonstrado o dano ambiental ocorrido no ano passado e a grande probabilidade de voltar a ocorrer neste ano de 2023 e em todos os eventos desta natureza que se possa pretender realizar futuramente no local, cabendo, assim, a intervenção do Poder Judiciário. No entanto, mesmo se não houvesse sido aferido aludido dano, a simples ameaça ao direito propiciaria intervenção judicial, conforme versa o art. 5º, XXXV, da Constituição Federal:

“Art. 5º, XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.”

Nesse sentido, já decidiu o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, conforme se observa abaixo:



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. POLUIÇÃO SONORA. IGREJA EVANGÉLICA. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

- A poluição em seus multifários processos de exteriorização há muito já vem sendo objeto de tutela estatal como arqueiro defensor do direito da coletividade.
- Insere-se na tutela estatal a poluição sonora que, excedendo o limite de decibéis permitidos, passa a ser alvo de censura judicial inclusive com aplicação de multa para coibir o respectivo direito tutelado.” (1.0105.07.238114-5/001(1) TJMG)

Portanto, a medida legal cabível, também neste viés, é a interdição da atividade, já que manifestamente inadequado o local, à vista da impossibilidade real de controle eficaz dos ruídos sonoros.

### **2.6– Da mobilidade urbana e a atuação dos “flanelinhas”:**

Além dos problemas da poluição sonora, resta incontroverso pelo relato dos moradores, seja da própria PMMG que o local do evento - a Avenida Octacílio Negrão de Lima é um importante corredor viário de interligação regional (Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves) e o fechamento da



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

via, ainda que em apenas um sentido, causa enormes transtornos à mobilidade urbana, conforme relatado pela PMMG às fls. 98.

Em reunião ocorrida no dia 18/05/2023, o representante da BHTRANS noticiou que embora o promotor do evento tenha providenciado a elaboração de DOT (documento de orientação do trânsito) e instalado a sinalização pertinente no ano de 2022, os flanelinhas que atuam no local retiraram todos os cavaletes e placas de sinalização, comprometendo todo o planejamento realizado sem que os agentes públicos tivessem meios de evitar estacionamento em locais proibidos, entre outros problemas, comprometendo todas a mobilidade urbana, **bem ainda deixando claro que nem o Poder Público (BHTRANS e Guarda Municipal) possuem meios de garantir que o planejamento realizado será executado** - fls. 106 da NF:

“ (...) o representante da BHTRANS informou que o DOT foi elaborado a partir de orientação técnica; houve interdição de um sentido da Avenida Octacílio Negrão de Lima; não houve desvio do transporte coletivo; houve certo tumulto na saída do evento, em razão de filas duplas, formadas por táxis e carros de aplicativos; houve uma invasão de “flanelinhas”, o que tem que ser tratado com a Guarda Municipal para diminuição desta ação dos flanelinhas, os quais retiraram a sinalização prevista no DOT, permitindo que as pessoas estacionassem em locais proibidos; o efetivo da fiscalização e da GM é calculado de acordo com o efetivo disponível, visto que os agentes são divididos de acordo com os eventos na cidade; foi



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

questionado se o empreendedor pode disponibilizar seu *staff* para ajudar no controle da implementação do DOT; o empreendedor enfatizou que a empresa também é vítima dos flanelinhas, que são pessoas criminosas violentas, que ameaçam e achacam os frequentadores do evento (...)"

Outro problema identificado relacionado à mobilidade urbana diz respeito ao fato de que a região, especialmente Bairro Bandeirantes, não é dotado de um sistema de transporte coletivo que possa atender a uma demanda tão grande, o que enseja que o público fique perambulando dentro do bairro, a procura de táxi ou do sinal de *internet* para conseguir chamar o "UBER":

Segundo relatou a PMMG às fls. 96/99:

"(...) Esclarecem que integram 34º BPM, que é responsável pelo policiamento ostensivo na região da Pampulha; a Sra. Patrícia informou que era a responsável pelo policiamento no evento Festival Sensacional ocorrido no ano de 2022, enquanto o Sr. Ricardo é comandante da Cia., que é responsável pelo policiamento de um modo geral e também dos eventos na região; no ano passado, houve muita dificuldade no escoamento do público após o festival; a previsão era de encerramento dos shows até as 22:00 horas e o policiamento empenhado até as 23:00 horas, conforme programação; contudo, até esse horário, praticamente todo o público ainda não havia conseguido se dispersar, porque





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

não havia meios de transporte à disposição; o policiamento ficou no local até aproximadamente 01:00 da madrugada; o organizador providenciou 5 ônibus para levar o público; os ônibus levavam o público até a Praça da Estação e voltavam para pegar outros frequentadores; a demora levou a que muitos dos frequentadores desistissem de esperar e entrassem a pé bairro adentro para tentar encontrar táxi ou uber, fazendo algazarra e urinando nas portas de garagem; as pessoas ficaram vulneráveis; não houve um planejamento adequado visto que não existe transporte público na região capaz de atender essa demanda, especialmente em razão do horário;”

### 2.7 – Da Segurança Pública:

Além dos impactos negativos relativos à poluição sonora e mobilidade urbana, a PMMG relatou ainda aqueles afetos à segurança pública, especialmente baixo efetivo de policiais disponibilizados para fazer a segurança pública no local do evento, em razão de outras demandas, o que impede inclusive de serem lavradas ocorrências policiais.

Com efeito, o Comandante do Policiamento da Região afirmou em declarações de fls. 96/99:

“(...) no ano passado, houve muita dificuldade no escoamento do público após o festival; a previsão era de



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

encerramento dos shows até as 22:00 horas e o policiamento empenhado até as 23:00 horas, conforme programação; contudo, até esse horário, praticamente todo o público ainda não havia conseguido se dispersar, porque não havia meios de transporte à disposição; o policiamento ficou no local até aproximadamente 01:00 da madrugada; o organizador providenciou 5 ônibus para levar o público; os ônibus levavam o público até a Praça da Estação e voltavam para pegar outros frequentadores; a demora levou a que muitos dos frequentadores desistissem de esperar e entrassem a pé bairro adentro para tentar encontrar táxi ou uber, fazendo algazarra e urinando nas portas de garagem; as pessoas ficaram vulneráveis; não houve um planejamento adequado visto que não existe transporte público na região capaz de atender essa demanda, especialmente em razão do horário; houve um considerável aumento de pessoas alteradas por uso de bebidas alcóolicas e drogas em excesso, furtos de celulares; **que não obstante o número considerável de ocorrências, não era possível formalizá-las em razão do número limitado de policiais disponíveis, não sendo possível sair do local para lavrar ocorrências, sob pena de comprometer ainda mais o policiamento na região;** (...) a realização de eventos simultâneos e com mais de 10 horas de duração comprometem a segurança em razão da **capacidade de resposta limitada do poder público de um modo geral;** verificou-se também uso excessivo de



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

bebida alcóolica, inclusive por menores de idade; existem no entorno do parque 15 casas de repouso de idosos, para permanência e acolhimento de idosos; o parque está situado em uma área mais alta, sem barreiras físicas que possam impedir a propagação do som; no interior do parque não existem meios eficazes de controle do público, tais como monitoramento por câmeras, iluminação precária; em via de regra são disponibilizados 24 policiais militares para o evento, e em caso de necessidade apoiados por policiamento de recobrimento, para um público estimado de 15.000 pessoas, sem considerar a população flutuante, flanelinhas, vendedores ambulantes, food truck, etc., o que é insuficiente; o parque possui apenas uma entrada e saída, e em caso de uma situação de pânico, não é possível um escoamento seguro do público; o local onde são instalados os palcos dista entre 600 a 1000 metros do zoológico, existindo também dois haras, que fazem recolhimento e repouso de animais, a uma distância aproximada de 500 metros (Haras Paraíso, CEPEL e Café Padock) e também está a 500 metros da casa funcional do Governador, que é também um ponto sensível em termos de segurança pública; há também um convento, a Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade há 500 metros da entrada do zoológico (...); por tais fatos, o local indicado não é adequado para eventos



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

de grande porte, sem prejuízo de outros eventos culturais de menor impacto; que o CBM-MG, embora aprove o PPSCIP, não ficam de prontidão no local durante o evento; sobre a presença da guarda municipal, não sabem informar; em razão destes fatos e considerando as responsabilidades dos declarantes relativamente à segurança pública, especialmente em razão de inexistência de controle em relação à entrada de pessoas armadas e ainda a possibilidade de estupros dentro do Parque, é que comparecem perante o MP para trazer essas considerações ao conhecimento da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo; neste oportunidade entregam cópia de comunicação do organizador, em que se constou ressalva sobre a necessidade de análise do Comando.”

### 2.8 – Do Direito de vizinhança

Embora os fundamentos acima expostos sejam suficientes para se obter a proibição da realização do evento “Festival Sensacional 2023” e de outros similares no Parque Ecológico da Pampulha, deve-se atentar para outro aspecto por qual passa a presente lide.

O Código Civil estabelece:



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 1.277. O proprietário ou o possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha.

(...)

Art. 1.279. Ainda que por decisão judicial devam ser toleradas as interferências, poderá o vizinho exigir a sua redução, ou eliminação, quando estas se tornarem possíveis.

Como se infere, o Código Civil garante a todos o direito à segurança, ao sossego e à saúde, podendo aqueles que tiverem seu direito violado buscarem o Judiciário para que este lhes conceda meios de garantir o exercício de seus direitos.

A respeito, temos a seguinte decisão:

(...) Objeto da tutela imediata do legislador com os direitos de vizinhança são os interesses privados dos vizinhos. Todavia, a finalidade mediata da norma é a fundamental alimentação do princípio da função social da propriedade, eis que a preservação da harmonia entre vizinhos, permite que cada propriedade seja objeto do mais amplo uso e fruição, podendo assim alcançar os seus objetivos



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

econômicos ao mesmo tempo em que preserva interesses sociais...

A segurança, sossego e saúde são direitos da personalidade inerentes a qualquer ser humano, e não apenas a vizinhos. Disso resulta a percepção de que é freqüente a situação em que as interferências prejudiciais se estendam a todo um quarteirão, bairro ou região de uma cidade. Exemplificativamente, a poluição sonora se propaga em níveis assustadores. Bares e restaurantes em zonas residenciais sem isolamento acústico apropriado; cultos em templos religiosos e ensaios de samba e pagode, que prejudicam a tranquilidade e a saúde de todos.... (FARIAS, Cristiano Chaves de, ROSENVALD, Nelson. *Direitos Reais*, Editora Lúmen Júris, 6ª edição, 3ª tiragem, 2010, p. 436/441).

Sendo assim, conclui-se que os direitos de vizinhança não se reduzem a tutelar relações entre particulares, mas tem conotação mais ampla, atingindo a coletividade, a sociedade em geral.

Ressalte-se, igualmente, que os direitos da vizinhança são direitos da personalidade, sendo, portanto, indisponíveis. Logo, na qualidade de direitos individuais indisponíveis, cabe a atuação do Ministério Público na defesa, conforme disposto no artigo 127 da Carta Magna, *in verbis*:





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Neste sentido, pondera Humberto Theodoro Júnior que “(...) pode haver hipótese em que, num só ato, dois são os interesses lesados: um de natureza indivisível, individual, subjetiva, cuja defesa cabe ao próprio lesado; e outro, de caráter indivisível, coletivo e difuso, de interesse social, cuja proteção se impõe ao Ministério Público. São, *v.g.*, indivisíveis os interesses atinentes à saúde, à educação, ao transporte coletivo etc., porque uma vez ignorados geram grandes transtornos para a sociedade. O Ministério Público, então, estaria legitimado não pelo simples fato de haver uma soma de interesses individuais, mas sim pelo fato de a lesão de um direito subjetivo desse tipo causar repercussões prejudiciais a toda coletividade. Seria, então, o interesse social, como direito difuso, que estaria sendo protegido e tutelado pelo Ministério Público, e não apenas os direitos individuais homogêneos dos diversos prejudicados de *per si*. Nesse sentido, o STF assentou, por exemplo, que ‘o Ministério Público tem legitimidade para promover a ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares’ (STF, Súmula nº 643)” (THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil – Procedimentos especiais*. Ed Forense. 42ª edição. 2010. p. 519)

Este também é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MEIO AMBIENTE. DIREITO AO SILÊNCIO. POLUIÇÃO SONORA. ART. 3º, III, ALÍNEA "E", DA LEI 6.938/1981. INTERESSE DIFUSO. LEGITIMIDADE AD CAUSAM DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

(...)

7. Tratando-se de poluição sonora, e não de simples incômodo restrito aos lindeiros de parede, a atuação do Ministério Público não se dirige à tutela de direitos individuais de vizinhança, na acepção civilística tradicional, e, sim, à defesa do meio ambiente, da saúde e da tranquilidade pública, bens de natureza difusa.”(REsp 1051306 / MG)

Reforçando esta conclusão, deve-se analisar a tutela dos direitos de vizinhança como um todo no ordenamento jurídico.

Observa-se que o direito da vizinhança garante direito ao sossego, o qual é tutelado na seara penal pelos artigos 42 e 65 da Lei de Contravenções Penais. A ação penal, para apurar a prática destas contravenções,



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

é pública incondicionada, conclamando a atuação do Ministério Público de ofício, na defesa destes direitos, independente da vontade da vítima.

Portanto, tendo em vista o disposto nos artigos 1.277 e 1.279 do CC, e que está devidamente provada a perturbação ao sossego e à tranquilidade dos moradores vizinhos ao evento cabe a atuação do Ministério Público junto ao Judiciário para solucionar estes problemas.

A proibição da realização do evento “Festival Sensacional 2023” pela ré Híbrido e da proibição de expedição da autorização pelo Município de Belo Horizonte e pela Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica para que este e outros eventos similares ocorram nas dependências do Parque Ecológico da Pampulha, por se tratar de local inadequado, é medida que se impõe ao caso aqui tratado.

### **3 – Da Liminar:**

O artigo 12 da Lei 7.347/81 prevê a possibilidade de concessão de mandado liminar *inaudita altera parte*, a fim de se evitar a lesão ao bem tutelado na Ação Civil Pública.

Neste caso, a lesão ao meio ambiente natural e urbano, incluindo a fauna do Zoológico e do próprio Parque Ecológico e aos direitos individuais indisponíveis restou devidamente provada, sobretudo pelos documentos que compõem a NF 002323003992-7 e comprovam que o Parque Ecológico da Pampulha não é local adequado para realização de shows musicais com grande



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

público, especialmente por não serem possíveis medidas mitigadoras eficazes aos impactos sonoros, à mobilidade urbana e à segurança pública, embora seja possível a realização de atividades culturais de menor porte, compatíveis com as finalidades do espaço em tela.

É evidente o *fumus boni iuris*, o qual se mostra presente pela ausência de medidas de controle ambiental eficazes no local e, ainda, diante do fato de que a Lei 9.505/2008, em seu artigo 2º, incisos II e III, proíbe a emissão de ruídos que causem incômodo de qualquer natureza às propriedades públicas ou privadas e/ou cause perturbação do sossego ou ao bem-estar públicos, ensejando a interdição da atividade (artigo 13, inciso III, Lei 9.505/2008).

Igualmente se observa a possibilidade do Juiz impor medidas de redução das interferências nocivas ao sossego, de acordo com o artigo 1.279 do CC.

Do mesmo modo, verifica-se a ocorrência do *periculum in mora* na lesão do direito à segurança, ao sossego e a tranquilidade das pessoas que freqüentam e residem no entorno, lesão esta que não pode ser reparada. Daí a importância da ordem liminar.

Por outro lado, deve ser considerada a questão da segurança que permeia o caso, o qual pode trazer prejuízos inimagináveis aos moradores e demais pessoas que freqüentam a região.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

É importante frisar que, no que se refere à Ação Civil Pública, a exigência legal, para a concessão de liminar, é para que se evite dano (artigo 12 da Lei 7.347/85).

No mesmo sentido, o Código de Processo Civil, ao dispor sobre a tutela provisória de urgência de caráter incidental, estabelece:

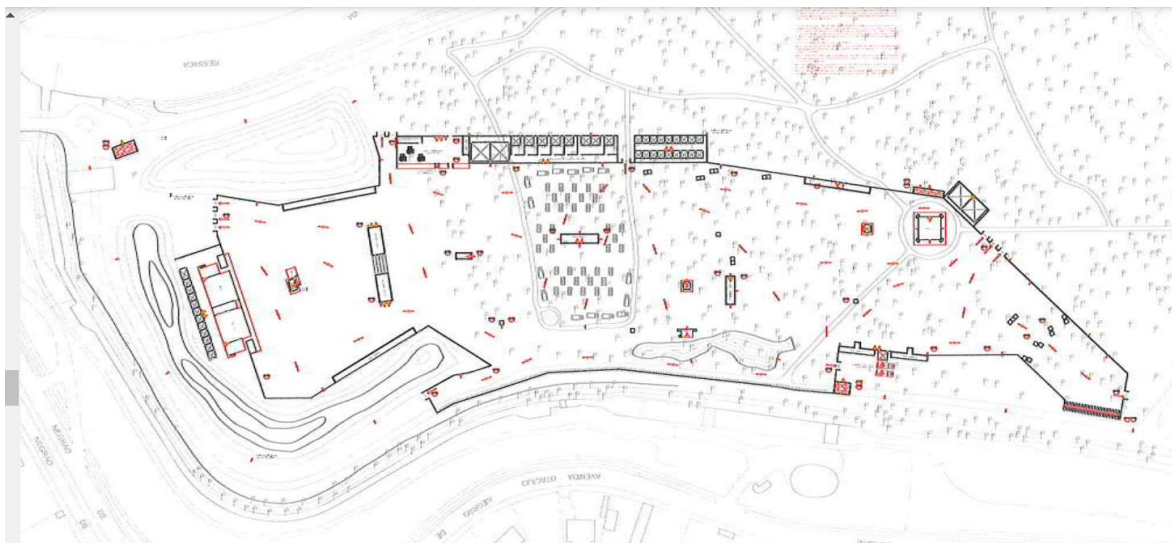
**Art. 300.** A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

É importante aduzir que diante dos problemas ocorridos no ano passado, os réus poderiam ter atuado para viabilizar o evento em outro local mais adequado, não podendo agora alegar que não tinham conhecimento dos problemas já largamente discutidos com a população do entorno.

Destarte, o próprio *layout* apresentado pelo empreendedor dá mostras da ocupação da esplanada por vários palcos com shows simultâneos, produzindo ruídos de forma cumulativa, o que contribui para a propagação do som em várias direções, sem perspectiva de controle eficaz (fls. 83):



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Portanto, presentes estes elementos, requer o Ministério Público seja concedida mandado liminar, *inaudita altera parte*, para determinar:

a) Abstenha-se o **Município de Belo Horizonte** e a **Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica** de autorizar a realização do “Festival Sensacional 2023” no Parque Ecológico da Pampulha, previsto para os dias 23 e 24 de junho de 2023 ou qualquer outro evento musical similar sob pena de multa de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) por cada evento autorizado e anuído, sem prejuízo de responderem os seus representantes legais por crime de desobediência e outros crimes ambientais que se verificarem no local; **no caso de já terem sido expedidas as autorizações, requer o autor a suspensão das mesmas, sob pena de multa de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);**

b) Abstenha-se a **ré Híbrido** de realizar o Festival Sensacional 2023 no Parque Ecológico da Pampulha, sob pena de multa de R\$500.000,00, devendo cessar



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

imediatamente quaisquer publicidades para divulgação do evento em quaisquer meios de comunicação, incluindo rádio, redes sociais e internet, bem ainda estabelecer, no prazo de 02 (dois) dias, meios para devolver os valores recebidos aos consumidores pelos ingressos já comercializados;

### 4 - DO PEDIDO

Isto posto, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, órgão legitimado para tal (artigo 129, III, da Constituição Federal e artigo 5º, da Lei Federal nº 7.347/85 dentre outros dispositivos), vem requerer a esse Juízo o seguinte:

1. inicialmente, seja deferida a **liminar nos moldes pleiteados no item 3 acima;**
2. a citação dos réus, por meio de seu representante legal, no respectivo endereço fornecido no preâmbulo desta, para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de revelia e confissão, no prazo legal;
3. seja, ao final da instrução processual, julgada totalmente procedente a presente Ação Civil Pública, tornando definitiva a liminar requerida no item 1 supra, **a fim de serem condenados os réus:**

- a) **Município de Belo Horizonte e Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica** abstenham-se de autorizar a realização





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

do “Festival Sensacional 2023” no Parque Ecológico da Pampulha, previsto para os dias 23 e 24 de junho de 2023 ou qualquer outro evento musical similar sob pena de multa de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), sem prejuízo de responderem os seus representantes legais por crime de desobediência e outros crimes ambientais que se verificarem no local; no caso de já terem sido expedidas as autorizações, requer o autor a suspensão das mesmas, sob pena de multa de R\$500.000 (quinhentos mil reais);

- b) **a ré Híbrido** abstenha-se de realizar o Festival Sensacional 2023 no Parque Ecológico da Pampulha, sob pena de multa de R\$500.000,00, devendo cessar imediatamente quaisquer publicidades para divulgação do evento em quaisquer meios de comunicação, incluindo rádio, redes sociais e internet, bem ainda estabelecer, no prazo de 02 (dois) dias, meios para devolver os valores recebidos aos consumidores pelos ingressos já comercializados;
- c) na remota hipótese de vir a ocorrer o evento “Festival Sensacional 2023”, **sejam os réus condenados solidariamente ao pagamento de indenização** pelos danos ambientais e morais coletivos ocorridos em razão da poluição sonora e dos prejuízos à mobilidade urbana e à segurança pública decorrentes do mesmo, cujo valor deverá ser revertido ao Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos (FUNDIF), Banco do Brasil S.A., agência nº 1615-2, conta corrente nº 7175-7 (CNPJ nº 11.206.085/0001-85);



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

4. a condenação dos requeridos no pagamento de todas as custas processuais e demais cominações decorrentes da sucumbência;

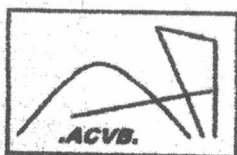
5. Em derradeiro, a produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente a documental, consubstanciada nos autos do procedimento investigatório ***nº 0024.23.003992-7*** em anexo à Ação Civil Pública, a fim de provar o ora alegado.

Dá-se à causa o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Pede e espera deferimento.

Belo Horizonte, 05 de junho de 2023.

Marta Alves Larcher  
Promotora de Justiça



### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO ACVB

Aos dezessete dias do mês de janeiro de 2024, compareceram à Rua Orsi Conceição de Minas, 200, bairro Bandeirantes Pampulha, CEP: 31.365-390 em Belo Horizonte no Estado de Minas Gerais/Brasil os membros da Comissão Eleitoral, a atual Diretoria da ACVB, e demais moradores do bairro Bandeirantes (conforme lista de presença em anexo), reunidos em Assembleia Geral Ordinária, para decidirem sobre a seguinte ordem do dia: **Eleição e Posse da Diretoria e Conselho Fiscal ACVB – Biênio 2024-2026**. Iniciada a reunião às 19:00 horas, como previsto no edital de convocação, a Comissão Eleitoral informou a comunidade sobre o processo e em seguida passaram a eleição dos novos membros que comporão a Diretoria e o Conselho Fiscal e, não havendo quórum, aguardou até as 19:30 horas, quando deu início aos trabalhos em segunda convocação. Foram designados para presidir e secretariar a Assembleia os seguintes membros, respectivamente: Maria de Lourdes Florentino da Cunha e Samantha Alves de Moraes que iniciou o processo eleitoral. Foi informado que havia apenas uma chapa inscrita composta pelos seguintes membros: **Diretoria Executiva:** Elizete Moreira Alves de Moraes (Presidente), José Américo Mendicino (Vice-Presidente), Agmar Bento Teodoro (Primeiro Secretário), Allan Oliveira Mendes (Segundo Secretário), Rosália Antônia Ferreira (Primeiro Tesoureiro), Elizabeth Aparecida Moreira Alves (Segundo Tesoureiro), Sonia Lucia Dias Vaz (Membro Honorário). **Conselho Fiscal:** Nildete Maria Gomes Cruz (Primeiro Conselheiro), Sandra Gabriela de Resende (Segundo Conselheiro), Mailsa Figueiredo Costa (Terceiro Conselheiro). Em seguida montou-se a mesa receptora, com a urna de votação devidamente isolada, e cada um dos presentes, sendo um membro por família, recebeu uma cédula para votação, assinada no verso pelo presidente da Comissão Eleitoral, cada eleitor, em sigilo, depositou seu voto na urna que se encontrava sobre a mesa receptora. Encerrada a votação, iniciou-se a contagem das cédulas, encontraram-se 13 cédulas, número que correspondia exatamente aos presentes, confirmado na folha de presença da Assembleia. A Comissão Eleitoral apurou a aprovação, pelos votos da maioria dos associados com direito a voto e presentes à Assembleia. Estando os eleitos presentes, foram empossados de imediato, passando a partir desta data a cumprirem o mandato de dois anos. A Comissão Eleitoral agradeceu aos presentes pela participação. Nada mais havendo para ser tratado, dou por encerrada a reunião, eu Samantha Alves de Moraes, Secretária, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Eleitoral.

Belo Horizonte, 17 de janeiro de 2024.

#### Comissão Eleitoral

<b>Cassia Cristina Pinto Mendicino</b>	
<b>Maria de Lourdes Florentino da Cunha</b>	
<b>Samantha Alves de Moraes</b>	

#### Membros da Nova Diretoria ACVB – Biênio 2024-2026

<b>Presidente:</b> Elizete Moreira Alves de Moraes	
<b>Vice-Presidente:</b> José Américo Mendicino	
<b>Primeiro Secretário:</b> Agmar Bento Teodoro	
<b>Segundo Secretário:</b> Allan Oliveira Mendes	
<b>Primeiro Tesoureiro:</b> Rosália Antônia Ferreira	
<b>Segundo Tesoureiro:</b> Elizabeth Aparecida Moreira Alves	
<b>Primeiro Conselheiro:</b> Nildete Maria Gomes Cruz	
<b>Segundo Conselheiro:</b> Sandra Gabriela de Resende	
<b>Terceiro Conselheiro:</b> Mailsa Figueiredo Costa	
<b>Membro Honorário:</b> Sonia Lucia Dias Vaz	



## ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIVER BANDEIRANTES - ACVB

AVERBADO(A) sob o nº 112, no registro 106569, no Livro A,  
em 05/02/2024

Belo Horizonte, 05/02/2024

Emol:(6101-0) R\$ 147.55 TFIJ: R\$ 53.18 Rec: R\$ 8.85 ISS: 7.38 - Total: R\$ 216.96

Emol:(8101-8) R\$ 8.79 TFIJ: R\$ 2.92 Rec: R\$ 0.53 ISS: 0.44 - Total: R\$ 12.68

( ) José Nadi Néri - Oficial ( ) Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta  
Escreventes: ( ) Anibal Skackauskas Dias Da Silva ( ) Eden Silva Pinto De Carvalho

## ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIVER BANDEIRANTES - ACVB

AVERBAÇÃO nº 112, no registro 106569, no Livro A, Examinada,  
Conferida e qualificada.

Belo Horizonte, 05/02/2024

Emol:(6601-9) R\$ 24.21 TFIJ: R\$ 7.42 Rec: R\$ 1.21 ISS: 1.21 - Total: R\$ 34.25

( ) José Nadi Néri - Oficial ( ) Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta  
Escreventes: ( ) Anibal Skackauskas Dias Da Silva ( ) Eden Silva Pinto De CarvalhoPODER JUDICIÁRIO - TJMG  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MGSelo Eletrônico Nº HKH33232  
Cód. Seg.: 1753.5120.5602.0904

Quantidade de Atos Praticados: 00002

Atos(s) Praticado(s) por: José Nadi Néri - Oficial

Emol: R\$ 165.72 TFIJ: R\$ 56.10 Total: R\$ 221.82 ISS: R\$ 7.82

Consulta a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>PODER JUDICIÁRIO - TJMG  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MGSelo Eletrônico Nº HKH33234  
Cód. Seg.: 2211.0190.5440.2321

Quantidade de Atos Praticados: 00001

Atos(s) Praticado(s) por: Loren Lima - Auxiliar

Emol: R\$ 25.66 TFIJ: R\$ 7.42 Total: R\$ 33.08 ISS: R\$ 1.21

Consulta a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>